

**O FUTURO DA EUROPA VISTO DE FORA
THE FUTURE OF EUROPE VIEWS FROM OUTSIDE**

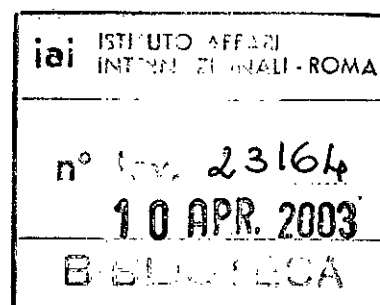
International Lisbon Conference

Instituto de estudos estratégicos e internacionais (IEEI)

Fundação Calouste Gulbenkian

Lisboa, 11-12/XI/2002

- a. Programme
- b. Speakers and panels
 - 1. "O alargamento da União europeia e as prioridades da Convenção"/ Vitor Martins (2 p.)
 - 2. "The future of Europe seen from outside"/ Emily Landau (3 p.)
 - 3. "La sécurité interne européenne et la Méditerranée: point de vue du sud: que de malentendus!"/ Fouad Ammor (2 p.)
 - 4. "European foreign, security and defence policy"/ Sid Ahmed Ghazali (9 p.)
 - 5. "A nova doutrina de segurança global dos EUA: fundamentos, contradições e consequências hegemónicas"/ Gilberto Dupas (11 p.)
 - 6. "Current issues on terrorism: global vs. terrorism, state vs. terrorism-violence"/ Roberto Aliboni (IAI0226) (5 p.)
 - 7. "Germany: does the leading partner become a free rider"/ Anne-Marie Le Gloannec (2 p.)
 - 8. "The fight against terrorism: an assessment"/ Riad Malki (4 p.)



7

Conferência Internacional de Lisboa **International Lisbon Conference**

O Futuro da Europa
visto de fora

The Future of Europe
views from outside

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2002

CALOUSTE GULBENKIAN FOUNDATION
11 - 12 NOVEMBER 2002



SEGUNDA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO

09:30 ABERTURA

JOSÉ CALVET DE MAGALHÃES, PRESIDENTE, INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS, LISBOA

PEDRO SANTANA LOPES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANTÓNIO MARTINS DA CRUZ, MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, LISBOA

10:00 O ALARGAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA E AS PRIORIDADES DA CONVENÇÃO

MODERADOR JOSÉ LUÍS DA CRUZ VILAÇA, MEMBRO DO CONSELHO DIRECTIVO, IEEL, LISBOA

GIANNI BONVICINI, DIRECTOR, IAI, ROMA

VÍTOR MARTINS, MEMBRO DO CONSELHO DIRECTIVO, IEEL, LISBOA

CARLOS COSTA NEVES, SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS EUROPEUS, LISBOA

TERESA DE SOUSA, PÚBLICO, LISBOA

11:30 CAFÉ

11:45 O FUTURO DA NATO ALARGADA VISTO DE DENTRO

MODERADOR CARLOS GASPAR, UNIVERSIDADE LUSÍADA, LISBOA

JAIME GAMA, PRESIDENTE, COMISSÃO PARLAMENTAR DE ASSUNTOS EUROPEUS E POLÍTICA EXTERNA, LISBOA

MART LAAR, ANTIGO PRIMEIRO-MINISTRO, TALINN

REIMUND SEIDELMANN, INSTITUT FÜR POLITIKWISSENSCHAFT, GIESSEN

15:00 O FUTURO DA EUROPA E DA NATO VISTO DO MEDITERRÂNEO

MODERADOR NICOLA DE SANTIS, NATO, BRUXELAS

EMILY LANDAU, THE JAFFEE CENTRE FOR STRATEGIC STUDIES, TEL-AVIV

RAOUF GHONEIM, EGYPTIAN COUNCIL FOR FOREIGN AFFAIRS, CAIRO

MAY CHARTOUNT-DUBARRY, IFRI, PARIS

FOUAD AMMOR, GERM, RABAT

16:30 CAFÉ

16:45 A POLÍTICA EXTERNA, DE SEGURANÇA E DEFESA E O LUGAR DA EUROPA NO MUNDO

MODERADOR MARIA DO ROSÁRIO DE MORAES VAZ, IEEL, LISBOA

AHMED GHOZALI, ANTIGO PRIMEIRO-MINISTRO, ARGEL

FATHALLAH SIGILMASSI, MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO, RABAT

KENNETH MAXWELL, COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, NOVA YORK

GILBERTO DUPAS, INSTITUTO DE ESTUDOS ECONÓMICOS INTERNACIONAIS, S. PAULO

LÍNGUAS DE TRABALHO: PORTUGUÊS, FRANCÊS E INGLÊS.

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PARA INGLÊS.

MONDAY, 11TH NOVEMBER

09:30 OPENING SESSION

JOSÉ GALVET DE MAGALHÃES, CHAIRMAN, IIEI, LISBON

PEDRO SANTANA LOPES, MAYOR OF LISBON

ANTÓNIO MARTINS DA CRUZ, MINISTER FOR FOREIGN AFFAIRS, LISBON

10:00 EU ENLARGEMENT AND THE PRIORITIES SET BY THE CONVENTION

CHAIR **JOSÉ LUÍS DA CRUZ VILAÇA**, MEMBER OF THE BOARD, IIEI, LISBON

CARLOS COSTA NEVES, SECRETARY OF STATE FOR EUROPEAN AFFAIRS, LISBON

VÍTOR MARTINS, MEMBER OF THE BOARD, IIEI, LISBON

GIANNI BONVICINI, DIRECTOR, IAI, ROME

TERESA DE SOUSA, PUBLICO, LISBON

11:30 COFFEE BREAK

**11:45 THE FUTURE OF AN EXPANDED NATO
SEEN FROM INSIDE**

CHAIR **CARLOS GASPAR**, UNIVERSIDADE LUSÍADA, LISBON

JAMES GAMA, MP, CHAIR, FOREIGN AND EUROPEAN AFFAIRS COMMITTEE, LISBON

MART LAAR, FORMER PRIME MINISTER, TAMIN

REIMUND SEIDELMANN, INSTITUT FÜR POLITIKWISSENSCHAFT, GIESSEN

**15:00 THE FUTURE OF EUROPE AND NATO
SEEN FROM THE MEDITERRANEAN**

CHAIR **NICOLA DE SANTIS**, NATO, BRUSSELS

EMILY LANDAU, THE JAFFEE CENTRE FOR STRATEGIC STUDIES, TEL-AVIV

RAOUF GHONEIM, EGYPTIAN COUNCIL FOR FOREIGN AFFAIRS, CAIRO

MAY-CHARTOUNI-DUBARRY, IERI, PARIS

FOUAD AMMOR, GERM, RABAT

16:30 COFFEE BREAK

**16:45 THE WIDER IMPACT OF A EUROPEAN FOREIGN,
SECURITY AND DEFENCE POLICY**

CHAIR **MARIA DO ROSÁRIO DE MORAES VAZ**, IIEI, LISBON

AHMED GHOZALI, FORMER PRIME MINISTER, ALGIERS

FATHALLAH SIGILMASSI, MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS AND COOPERATION, RABAT

KENNETH MAXWELL, COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, NEW YORK

GILBERTO DUPAS, INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMIC STUDIES, S. PAULO

NO ANO EM QUE CUMPRE A SUA XX EDIÇÃO, A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE LISBOA DISCUTE DOIS TEMAS QUE DOMINAM O ACTUAL DEBATE EUROPEU: O ALARGAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA E DA NATO E O REDESENHO INSTITUCIONAL QUE IMPLICAM, NOMEADAMENTE O QUE PREPARA A CONVENÇÃO SOBRE O FUTURO DA EUROPA. O SEU FOCO PARTICULAR É PERCEBER COMO ESTAS MUDANÇAS SÃO VISTAS FORA DO CONTINENTE, MAIS CONCRETAMENTE PELOS SEUS VIZINHOS MAIS PRÓXIMOS, NO MEDITERRÂNEO E NAS AMÉRICAS. A IMAGEM DA UNIÃO EUROPEIA, DAS SUAS FORÇAS E FRAQUEZAS, ASSUME OUTRA NITIDEZ QUANDO VISTA NO ESPELHO DOS QUE NOS OLHAM DE FORA.

QUANDO A AGENDA INTERNACIONAL GRAVITA DE NOVO PARA O DOMÍNIO DA SEGURANÇA, QUANDO SE PERSPECTIVA MAIS UMA GUERRA NO MÉDIO ORIENTE, QUE DIVIDE A EUROPA E DIVIDE O MUNDO, A CREDIBILIDADE E O PAPEL, PRESENTE E FUTURO, DA UNIÃO EUROPEIA NO MUNDO DECIDEM-SE CADA VEZ MAIS NESTE CAPÍTULO AINDA MUITO IMPERFEITO DA CONSTRUÇÃO EUROPEIA: O DA POLÍTICA EXTERNA, DA SEGURANÇA E DA DEFESA.

QUANDO A NATO SE ALARGA ATÉ À GEOGRAFIA QUASE INTEIRA DO CONTINENTE EUROPEU, E O ALIADO AMERICANO, PACIFICADA A RELAÇÃO COM A RÚSSIA, PARECE MAIS VIRADO PARA OUTRAS PARAGENS, PODERÁ A NATO MANTER UM PAPEL CENTRAL DE ORGANIZADOR DA SEGURANÇA EUROPEIA SEM SE DISSOLVER?

QUANDO SE APROXIMA UMA NOVA EXPANSÃO A LESTE E A SUL, A UNIÃO PREPARA-SE PARA ACRESCENTAR CONTEÚDO À IDEIA DE CIDADANIA EUROPEIA, QUE EXIGE TAMBÉM UMA RELAÇÃO MAIS EQUILIBRADA E ESTREITA ENTRE SEGURANÇA, JUSTIÇA E LIBERDADE - E A SUA PROECÇÃO NO PLANO DAS RELAÇÕES EXTERNAS.

QUANDO A CONVENÇÃO DEBATE HOJE O FUTURO DA EUROPA, SABEMOS JÁ QUE O FUTURO DA EUROPA É O DA PLENA CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA, MAS NÃO SABEMOS AINDA SE ESSE FUTURO IRÁ OU NÃO, CONSUMADO O ALARGAMENTO, SER UMA VEZ MAIS ADIADO.

A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE LISBOA É ORGANIZADA PELO IEEI EM COLABORAÇÃO COM A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, COM O PATROCÍNIO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E O APOIO DO SECRETARIADO INTERNACIONAL DA NATO.

AGRADECEMOS A COLABORAÇÃO DA EMBAIXADA AMERICANA E DA FLAD.

Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais

**LARGO DE S. SEBASTIÃO 8, PAÇO DO LUMIAR, 1600-762 LISBOA
TELEFONE / PHONE 351 21 030 67 00 • FAX 351 21 759 39 83
ieei@ieei.pt www.ieei.pt**

TUESDAY, 12TH NOVEMBER

09:30 THE FIGHT AGAINST TERRORISM: EUROPE AND BEYOND

CHAIR NUNO SEVERIANO TEIXEIRA, UNIVERSIDADE NOVA, LISBON

ROBERTO ALIBONI, IAI, ROME

RYAD MALKI, DIRECTOR, PANORAMA CENTER, JERUSALEM

ROMÁN ORTIZ, REAL INSTITUTO EL CANO, MADRID

SHIREEN MAZARI, DIRECTOR, INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES, ISLAMABAD

11:00 COFFEE BREAK

**11:30 EURO-AMERICAN RELATIONS
AND THE INTERNATIONAL SECURITY AGENDA**

CHAIR PAULO ENNES, LISBON

ANNE-MARIE LE GLOANNEC, CENTRE MARC BLOCH, BERLIN

RICK HOLZAPPEL, US MISSION TO EU, BRUSSELS

VIRIATO SOROMENHO MARQUES, UNIVERSITY OF LISBON

15:00 IDENTITY AND THE FUTURE OF OPEN SOCIETIES

CHAIR ALEJANDRO LÓRCA, UNIVERSIDAD AUTÓNOMA, MADRID

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS, MP, LISBON

ABDALLAH SAAE, DIRECTOR, CERSS, RABAT

GEORGE JOFFÉ, CIS, CAMBRIDGE UNIVERSITY

16:30 COFFEE BREAK

17:00 CLOSING SESSION

CONCLUSIONS ÁLVARO DE VASCONCELOS, DIRECTOR, IEEL, LISBON

CARLOS COSTA NEVES, SECRETARY OF STATE FOR EUROPEAN AFFAIRS, LISBON

GELSO LAFER, MINISTER FOR FOREIGN AFFAIRS, BRASÍLIA

WORKING LANGUAGES: PORTUGUESE, FRENCH AND ENGLISH.

SIMULTANEOUS TRANSLATION INTO ENGLISH.

Summary of panel discussions and conclusions at www.ieel.pt

THE INTERNATIONAL LISBON CONFERENCE IS JOINTLY ORGANISED BY THE IEEL AND THE LISBON CITY COUNCIL,
AND SPONSORED BY THE PORTUGUESE FOREIGN MINISTRY AND NATO'S INTERNATIONAL SECRETARIAT.

THE SUPPORT OF ELAD AND THE AMERICAN EMBASSY IN LISBON IS GRATEFULLY ACKNOWLEDGED.

TERÇA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO

09:30A LUTA CONTRA O TERRORISMO, DENTRO E FORA DA EUROPA

MODERADOR NUNO SEVERIANO TEIXEIRA, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

ROBERTO ALIBONI, IAI, ROMA

RYAD MALKI, DIRECTOR, PANORAMA CENTER, JERUSALÉM

ROMÁN ORTIZ, REAL INSTITUTO EL CANO, MADRID

SHIREEN MAZARI, DIRECTORA, INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES, ISLAMABAD

11:00 CAFÉ

**11:30AS RELAÇÕES EURO-AMERICANAS
E A AGENDA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL**

MODERADOR PAULO ENNES, LISBOA

ANNE-MARIE LE GLOANNEC, CENTRE MARC BLOCH, BERLIM

RICK HOLZAPPLE, MISSÃO DOS EUA JUNTO-DA UE, BRUXELAS

VIRIATO SOROMENHO MARQUES, UNIVERSIDADE DE LISBOA

**15:00 A PROBLEMÁTICA IDENTITÁRIA
E O FUTURO DAS SOCIEDADES ABERTAS**

MODERADOR ALEJANDRO LORCA, UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS, DEPUTADO, LISBOA

ABDALLAH SAAF, DIRECTOR, CERSS, RABAT

GEORGE JOFFÉ, CIS, UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE

16:30 CAFÉ

17:00 ENCERRAMENTO

CONCLUSÕES ÁLVARO DE VASCONCELOS, DIRECTOR, IIEI, LISBOA

CARLOS COSTA NEVES, SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS EUROPEUS, LISBOA

CELSO LAFER, MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, BRASÍLIA

Síntese dos debates, intervenções e conclusões em www.ieei.pt



XX International Lisbon Conference

The Future of Europe: views from outside

Calouste Gulbenkian Foundation, 11th-12th November 2002

- Speakers and Panels -

Roberto Aliboni

Vice-President

IAI - Istituto Affari Internazionali

Via Angelo Brunetti, 9

Palazzo Rondinini

00186 Roma

Phone: 39 06 322 4360

Fax: 39063224363

Fouad Ammor

GERM

8 rue Al Moutanabbi

Agdal

10100 Rabat

Marrocos

Phone: 21237231248

Fax: 21237231248

Gianni Bonvicini

Director

Istituto Affari Internazionali

Via Angelo Brunetti, 9

Palazzo Rondinini

00186 Roma

Phone: 3906-3224360

Fax: 3906-3224363

May Chartouni-Dubarry

Research Director, Mediterranean Programme

IFRI - Institut Français de Relations Internationales

27, Rue de la Procession

75740 Paris Cedex 15

Phone: 33140616000

Fax: 33140616060

Gilberto Dupas
Presidente
Instituto de Estudos Económicos e Internacionais
Rua Gen. Furtado Nascimento, 740, 1º, cj. 105
Alto de Pinheiros
05465-070 São Paulo
Phone: 55 11 30216900
Fax: 55 11 30216900

Paulo Ennes
Av. 5 de Outubro, 142, 3º Esq.
1050-061 Lisboa
Phone: 351 217959769
Fax: 351 217959774

Jaime Gama
Presidente
Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa
Assembleia da República
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa
Phone: 351 3919000
Fax: 351 213919105

Carlos Gaspar
Presidência da República
Palácio de Belém
1349-022 Lisboa
Phone: 351 213648846
Fax: 351 213636603

Raouf Ghoneim
Egyptian Council for Foreign Affairs
12, El-Messaha Square
Dokki-Cairo
Phone: 202 3364828
Fax: 202 7607790

Sid Ahmed Ghozali
Former President of the Government
2, rue Abelkader Azil EX des Cèdres
Phone: 21361512785
Fax: 21321692375

Richard Holtzapple
Head of the Institutional Affairs Unit
US Mission to the European Union, Brussels
Phone: 32 2 508 2222
Fax: 322 512 5720

George Joffé
CIS, Cambridge University
12 Heaventree Close
Wallace Road
London N12PW
Phone: 44 20 72881821
Fax: 442072881828

Mart Laar
Former Estonian Prime Minister
Rügiokogu - Estonian Parliament
Phone: 372 6316557
Fax: 372 6316304/6316324

Celso Lafer
Ministro das Relações Exteriores
Ministério das Relações Exteriores
Palácio do Itamarati
B-7000 Brasília DF
Phone: 55614116161
Fax: 55614116993

Emily Landau
Director of Arms Control and Regional Security
JCSS - The Jaffee Centre for Strategic Studies
Tel Aviv University
Gilman Building
Ramat Aviv
Tel-Aviv 69978
Phone: 972 3 6409200
Fax: 97236422404

Anne-Marie Le Gloannec
Deputy Director, Centre Marc Bloch
Schiffbauerdamm 19
10117 Berlin
Phone: 4930874295
Fax: 493030874301

Pedro Santana Lopes
Presidente
Câmara Municipal de Lisboa
Paços do Concelho
Praça do Município
1149-014 Lisboa
Phone: 351 3227000

Alejandro Lorca
Universidad Autónoma de Madrid
Ctra. de Colmenar Viejo km 15
28049 Madrid
Phone: 34 91 3974320
Fax: 34 91 3978616

José Calvet de Magalhães
Chairman, IEEI
Av. Biarritz, 12/A - 2º Dtº.
2765 Estoril

Riad Malki
Director General
Panorama – The Palestinian Center for the Dissemination of Democracy & Community
Development
Ramallah
Phone: 972 2 2959618
Fax: 972 2 2981824

Viriato Soromenho Marques
Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1600 Lisboa
Phone: 351 265552692
Fax: 351 265552692

Guilherme d'Oliveira Martins
Assembleia da República
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa
Phone: 351 3919000
Fax: 351 213 917 444

Vítor Martins
Vitor Martins & Associados Lda
Av. Sidónio Pais, 24 - 3º Esq.
1050-215 Lisboa
Phone: 351 213154129
Fax: 351 213526502

Kenneth Maxwell
Director, Latin America Program
Council on Foreign Relations
58 East 68th Street . New York
New York 10021
Phone: 212 4349623
Fax: 212 4349817

Shireen Mazari
Director General
Institute of Strategic Studies
F-5/2
Islamabad
Phone: 92519204423
Fax: 9251-9204658

Mike Mecham

RIIA - Royal Institute of International Affairs
Chatam House
10 St. James Square
London SW1Y 4 LE
Phone: 44 (0)207 957 5700
Fax: 44(0)207 957 5710

Carlos Costa Neves

Secretário de Estado dos Assuntos Europeus
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Palácio Cova da Moura
Rua Cova da Moura, 1
1350-115 Lisboa
Phone: 351 213 938 301/02
Fax: 351 213 954 557

Román Ortiz

Real Instituto El Cano
Palacio de Miraflores
Carrera de San Jerónimo 15, 2º
28014 Madrid
Phone: 34 91 454 70 80
Fax: 34 91 454 70 01

Karina Pacheco

AIETI
Claudio Coello, 101, Bajo C
28006 Madrid
Phone: 34 91 5770640
Fax: 34915763070

Abdallah Saaf

Ministre de l'Éducation
Ministère de l'Éducation Nationale
Boîte Postale 2805
Rabat
Phone: 212-37661018
Fax: 21237702735

Reimund Seidelmann

Institut für Politikwissenschaft
Universität Giessen
Karç-Gl]ockner Str. 21 E
D-35394 Giessen
Phone: 496419923132
Fax: 496419923149

Ali Achour

Director, Political Affairs
Ministry of Foreign Affairs
Rabat

Teresa de Sousa
Público
Rua Viriato, 17
1069-315 Lisboa
Phone: 351 210 111 109
Fax: 351 210111007

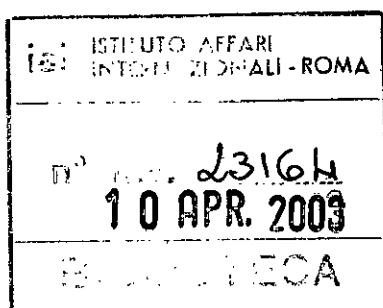
Nuno Severiano Teixeira
Universidade Nova de Lisboa
Av. de Berna 26 C
1069-061 Lisboa
Phone: 217 933 519

Álvaro de Vasconcelos
Director
IEEI
Largo de S. Sebastião, 8
Paço do Lumiar
1600-762 Lisboa
Phone: 351 217572701
Fax: 351 217593983

Maria do Rosario de Moraes Vaz
IEEI
Largo de S. Sebastião, 8
Paço do Lumiar
1600-762 Lisboa
Phone: 351 21 7572701
Fax: 351 217593983

José Luís da Cruz Vilaça
PLMJ
Av. da Liberdade, 224
1250-148 Lisboa

Suhnaz Yilmaz
Department of International Relations
Koc University
Sariyer
Istanbul
Phone: 90 212 338 1668
Fax: 902123381653





O Futuro da Europa

The Future of Europe

Lisbon, 11 - 12 November 2002

— O alargamento da União Europeia e as prioridades da Convenção —

O alargamento da União Europeia e as prioridades da Convenção

Vitor Martins

Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa

O ALARGAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA E AS PRIORIDADES DA CONVENÇÃO

Vitor Martins

Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa

A Convenção só será útil se conseguir situar o debate dos grandes problemas comunitários à luz de dois grandes desafios que a UE enfrenta: a globalização e o alargamento. Se se ficar apenas pelos ajustamentos das relações de poder e da arquitectura constitucional a Convenção fracassará no seu propósito.

A globalização exige uma resposta europeia à pergunta chave: que papel quer a UE desempenhar num mundo global, multilateral e multipolar? A resposta desencadeará consequências sobre o modelo, a arquitectura institucional, as competências e os recursos. O que não parece possível é aprofundar a UE sem uma clarificação firme do seu grande desígnio político. O futuro da PESC é um bom exemplo disso.

O alargamento levanta sobretudo três grandes questões: a eficiência do sistema institucional e do processo de "decision-making", as competências e os meios. É claro que, para além disso, não se ilude a existência de um problema (de resto, por ora dominante) quanto aos poderes dos Estados e das instituições.

A eficiência é questionável face a um alargamento tão exigente como será o próximo, tanto mais quanto a UE funciona já hoje de forma flagrantemente ineficiente. Passar de quinze para vinte e cinco Estados de um só golpe exige respostas para um "up-grade" na eficiência. Nem todas as respostas carecem da revisão de Tratados. Muitas delas são de reforma interna, pura e simples (v.g. reestruturação da Comissão e novo formato do Conselho de Ministros).

Mas a eficiência, tantas vezes invocada apenas como pretexto, nunca poderá ser dissociada da legitimidade democrática e da representatividade dos Estados, afinal o trinómio chave do triângulo institucional Comissão/Conselho/Parlamento Europeu. Aumentar consideravelmente a eficiência, de par com o reforço da legitimidade democrática e sem desequilibrar a representatividade dos Estados é o que se espera resulte da Convenção.

É preocupante que a Convenção tenha permitido uma clivagem entre grandes e pequenos Estados como nunca se verificou em mais de quatro décadas de construção europeia. O debate institucional está ferido por esse estigma.

A crise institucional da UE radica em três causas fundamentais: métodos de trabalho ineficientes, desconfiança dos Estados, fraca interpenetração com a realidade vivida e sentida pelos cidadãos. São estas causas que a Convenção devia debater.

A construção europeia ainda é eminentemente uma construção de Estados. E de Estados muito diversos na dimensão, na história, na cultura, na tradição, na morfologia, no perfil constitucional. Nunca uma reforma institucional profunda será possível contra os Estados.

É neste plano que se entende a exigência de muito Estados em ter um seu nacional na Comissão. Como se entende a criação de um Senado com paridade dos Estados membros. Como se entende a rotação da presidência do Conselho Europeu (talvez possa ser diferente para o Conselho de Ministros).

A designação/eleição de um Presidente do Conselho Europeu teria consequências insustentáveis: diminuição do papel da Comissão Europeia e agravamento da desconfiança dos Estados.

A Comissão Europeia, ao contrário, deveria ver reforçada a sua legitimidade democrática e preservar o direito exclusivo de iniciativa.

Um Senado seria uma fonte de confiança dos Estados no aprofundamento desejável da integração europeia.

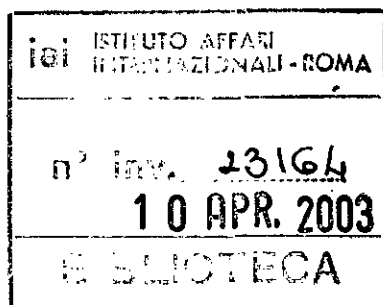
O alargamento impõe alterações nas competências comunitárias, em muitos casos impõe o seu reforço, sem prejuízo dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade (v.g. ambiente, concorrência, etc.), noutros casos a sua reforma (v.g. política agrícola comum). Todavia é indiscutível que o alargamento exige, muito particularmente, o reforço da coesão económica, social e territorial da UE.

Fixar uma hierarquia dos actos comunitários parece ser um bom caminho para simplificação e transparência do processo de decisão. Todavia é de excluir a catalogação rígida das competências comunitárias, cuja dinâmica e flexibilidade deve ser assegurada.

A incentivação da geometria variável, nomeadamente através da consagração de cláusulas de "opting-out" ou "way-out", contém perigos múltiplos para o devir da integração europeia. Ainda mais quando a UE se assume hoje com uma vocação pan-europeia incontornável.

Por maioria de razão qualquer tentação de um directório implícito ou explícito é absolutamente condenável.

Finalmente, os meios. Falar de projecto federal ou de PESC ou de coesão sem contemplar a perspectiva de meios financeiros à altura dessas ambições, é inconsistente. O alargamento coloca à UE uma questão de meios, irreversivelmente.





O Futuro da Europa

The Future of Europe

Lisbon, 11 - 12 November 2002

— The Future of Europe and Nato seen from the Mediterranean —

The Future of Europe Seen From Outside

Emily Landau

Jaffee Center for Strategic Studies, Tel Aviv

THE FUTURE OF EUROPE SEEN FROM OUTSIDE

Emily Landau

Jaffee Center for Strategic Studies, Tel Aviv University

The question is the future of Europe, as viewed from Israel. The first point to be made is that in the present international constellation, Israel in fact looks predominantly *past* Europe, and toward the US. A central reason for this is that when looking outward, Israel's primary consideration is its *security situation*, and, more specifically, the threats it faces from its neighboring states. Because it is Israel's sense that its right to exist in the region has still not been accepted by all its neighbors – and this sense has only become stronger in the wake of the failed negotiations with the Palestinians in 2000 and the Palestinian turn to violence – Israel views its security concerns as paramount.

Israel's strong and on-going strategic relationship with the US (most significantly since the late 1960s) has caused it to regard this relationship as a *centerpiece* in terms of its security conception and calculations. Europe, on the other hand, has since the late 1960s been viewed with an often strong degree of suspicion due to what has been perceived of as a clear pro-Arab tendency at various junctures during the Arab-Israeli conflict. This was given explicit expression in the Venice declaration of 1980. While there are lately some indications from inside Israel acknowledging the importance of devoting more energy to both understanding and engaging European states, for the benefit of both sides, Israel remains quite hesitant when it comes to dealing with the EU on political and security issues.

The realm in which relations with the EU have been most successful is of course the *economic* realm. Especially since the Association Agreement came into force in June 2000, there is recognition of the benefits that can accrue from an ongoing relationship with the EU. A quick look at the homepage of the Israeli Foreign Ministry gives a sense of Israel's priorities in this regard. Under the section "Europe", the text begins by stating that "similar systems of government and shared social values, as well as the long and sometimes tragic history of Jewish communities in Europe, form the foundation of relations between Israel and the European countries. Each bilateral relationship is expressed in a wide range of economic, cultural, scientific, technological and political activities." This is followed by 3 paragraphs on the development of economic relations between Israel and Europe, up to and including the Association Agreement. Finally, there is *one sentence* on the Arab-Israeli conflict, as follows: "The Western European countries support the effort to resolve the Arab-Israeli conflict through the ongoing peace process." A comparison with the section dealing with the US only serves to drive this point home, as the strong emphasis in the description there is on the strategic relations between the two states, as well as the firm commitment of the US to the survival of Israel and the maintenance of its qualitative edge in this regard.

Europe's Position on the Middle East Peace Process

There is no need here to go into a history of the relations between Israel and Europe over the years. The point that needs to be emphasized is that these have not been the best of relations, as stated at the outset. When the Madrid peace process began in the early 1990s, it was no doubt a US show. The US took the lead and did not include the EU in the mediation efforts of the bilateral track. With regard to the multilaterals, the EU was given a role in these talks as the shepherd of the economic working group, but the sense in Europe was that this was a very limited role.

Only with the initiation of the Barcelona process did the EU feel that it was taking on a more meaningful role in the Mediterranean region. However, these regional talks became effectively overshadowed by the problems faced in the Israeli-Palestinian sphere. Rather than insisting on the initially agreed upon separation between the EMP and the bilateral Middle East peace process, the EU allowed the dynamics of the troubled peace process to hamper regional talks -- for example when Arab partners in the dialogue refused to discuss certain

issues or participate in meetings, due to their anger with Israel over some aspect of the peace process. There were hints that this might be a means for demonstrating to the Arab Southern Mediterranean partners that their case was being supported by a global actor, as Israel's was by the US. The problem is that by adopting this approach, the very necessary regional security talks (which were the agenda of the forum) were not able to move forward, even on CSBMs. Regional processes and politics in the Middle East have their own dynamics that need to be addressed in their own terms, and the EU could actually play an essential facilitating role in this regard. There is in fact no inherent reason for this to come at the expense of whatever role it plays in the bilateral negotiations. Meanwhile, the regional dynamics are suffering from continued postponement and neglect.

Creating a Counterweight to the US?

The counterweight or balancing role that the EU seems to want to assume vis-à-vis the US, and with regard to the Israeli-Palestinian conflict, is a theme that tends to crop up more and more in European writing on the Middle East, especially since the breakdown of the Camp David Summit. It is pointed out that the US has been shown to be unable to actually broker a deal between the two sides due to its perceived close collusion with Israel. As with regard to the EMP, greater involvement of the EU is indicated as a positive development in this regard, in order to create some sense of balance in the conflict and peace process -- each side would have the support of a significant global power. Since Oslo, the EU has in fact extended considerable financial assistance to the PA, and during the past two years the EU has been more involved in attempts to find a solution to the violence, and its participation in the Quartet is the most recent indication of this.

The EU clearly has interests in the Middle East that it wants to guard, and it has a desire to be regarded as an important influencing power in the region. But the recent EU eagerness for posing a counterweight to the US seems to be grounded as much in the nature of EU-US relations as in its positions on the conflict itself, and its search for stability in the Middle East. Despite the New Transatlantic Agenda in place from 1995, the EU has displayed a great deal of frustration lately with regard to the US, and the foreign policy line taken by the Bush Administration. This seems to stem from its inability to, as it were, "get its act together" and either influence, or provide some effective alternative to this policy. Following the Tuesday elections in the US, one EU official was quoted as saying that "The Europeans will continue to give Washington a free hand to pursue its own interests because they have no collective or institutional clout." The lack of a unified stand in Europe on questions of foreign policy is clearly a major contributing factor in this regard.

The element of rivalry between the EU and the US in terms of their desire for global influence creates a situation where as far as Israel's relations with the EU are concerned, Israel finds itself *losing twice*: first of all as a party to the conflict which the EU does not support in particular, but once again as a strong ally of the US. This only further complicates Israeli-EU relations.

Views of the ESDP

Regarding Israel's views on the ESDP, the first point is that it is not an issue that generates much (if any) public debate in Israel. This may be due first of all to the lack of interest in Europe more generally speaking. But, specifically with regard to the ESDP, it is useful to look at the report of one of EuroMeSCo's Working Groups on "European Security and Defense Options and South Mediterranean Perceptions," compiled last year. In this report there is reference to the Southern Mediterranean perceptions of the ESDP. It is there pointed out that "the ESDP is seen by Arab countries as a potentially positive factor in terms of an increased ability of the EU to intervene in the Middle East peace process, but Israel remains hostile and skeptical." The report goes on to note that such a difficult situation (i.e. the ME peace process, or lack thereof) would be a real test for this as yet untested crisis-solving EU mechanism. But, what does this actually mean? In what way might the EU attempt to employ

this mechanism in the Middle East? What are the practical implications of what Solana said in a December 1999 speech in Berlin, to the effect that "[the ESDP] will give us the ability, where appropriate and whenever necessary, to show that the Union is not prepared to stand idly by in the face of crises. Nor always to let others shoulder responsibility. It will be a sign that the European integration dreamed by Europe's founding fathers has come of age." What would be the nature of its intervention?

For Israel to take a more positive stance toward this possibility, with less of an element of skepticism, hostility, and/or even fear, it must be much clearer both what the capabilities and the intentions of the ESDP are. Basically, the question is: what is the strategy? Would the EU be turning from potential political mediator in the Arab-Israeli negotiations to an actor that would be employing force to impose a solution in the Middle East? What would the ESDP do with regard to the ongoing crisis, and how would it in practice coordinate its actions with NATO and the US in such a scenario? How independent would the EU be in this regard? These are the type of questions that feed some of the skepticism with which the ESDP is regarded in Israel.

Room for Optimism

I'd like to conclude with a note of optimism in terms of the future of Israeli-EU relations, and to point to certain indications for some albeit, as yet, guarded optimism:

From the direction of the EU, a positive sign for Israel is the expressed reluctance to employ economic sanctions against Israel as a means of pressuring it at this point. As stated in the positions of the EU on the Middle East peace process (which appears in the publication of "answers to the most frequently asked questions" on the web page of the European Commission), the following is maintained: "It is the EU's view that maintaining relations with Israel is an important contribution to the Middle East peace process and that suspending the Association Agreement, which is the basis for EU-Israeli trade relations but also the basis for the EU-Israel political dialogue, would not make Israeli authorities more responsive to EU concerns at this time. It is also a well known fact that economic sanctions achieve rather little in this respect. Keeping the lines of communication open and trying to convince our interlocutors is hopefully the better way forward."

From the direction of Israel, I want to point to an important article written by Harry Kney-Tal (who recently returned to Israel from Brussels after serving as Mission of Israel to the European Union), which was published in the daily *Ha'aretz*. Kney-Tal noted that Israel is not well serving its own interests by ignoring Europe, and that Israel should make every effort to pull Europe into true political dialogue in order to enhance mutual understanding between the two sides.

From the direction of the academia, a professor from the Hebrew University, Alfred Tovias, has written an article that goes so far as to consider the possibility of Israel's integration into the EU. This is admittedly not a common theme, to say the least, at this point, but it does mean that there is thought in this direction. Tovias also notes the support of a number of MKs in this regard. Finally, I would like to mention what may seem like a very small shift in thinking, but for me is very close to home. This refers to a recent decision taken by the Head of the Jaffee Center to increase our strategic dialogues with research centers throughout Europe, as part of an effort to increase our mutual understanding of the issues and concerns that we face. Hopefully, this small step will be added to other similar steps that together will engender a more comprehensive and useful dialogue between the two sides.

iai	ISTITUTO AFFARI INTERNAZIONALI - ROMA
n° inv.	23164
	10 APR. 2003
BIBLIOTECA	



**Conferência Internacional de Lisboa
International Lisbon Conference**

O Futuro da Europa

The Future of Europe

Lisbon, 11 - 12 November 2002

— The future of Europe and Nato seen from the Mediterranean —

***La sécurité interne européenne et la Méditerranée :
point de vue du sud : que de malentendus !***

Fouad Ammor

Groupement d'Etudes et de Recherche sur la Méditerranée, Rabat

LA SECURITE INTERNE EUROPEENNE ET LA MEDITERRANEE :

POINT DE VUE DU SUD : QUE DE MALENTENDUS !

Fouad Ammor

Groupement d'Etudes et de Recherche sur la Méditerranée, Rabat

Depuis le 11 septembre 2001, les thématiques de la sécurité interne à l'espace européen en relation avec les différentes problématiques de la migration, du terrorisme, de la criminalité, du dialogue, de l'identité, du conflit, de l'Islam et Islamisme, du culture et de civilisation se sont posées au grand jour avec une intensité et une charge affective de plus en plus accentuée. Le nombre de colloques, de rencontres, de publications en sont un grand témoin.

Ainsi, de « vrais/faux » débats qu'on croyait caducs et dépassés ont refait surface avec insistance montrant par-là à quel point un travail de fond reste à faire pour dissiper certains clichés et stéréotypes et instaurer un climat serein et de co-responsabilité à l'égard de ces problématiques qui engagent non seulement le présent, mais aussi et surtout, l'avenir du Partenariat Euro-Méditerranéen.

Plus que tout autre problématique, celle relative à la *sécurité* dans son acception générique s'avère être, implicitement ou explicitement, fortement liée à la notion de *terrorisme*. La dimension de celui-ci est de plus en plus perçue comme diffuse, amorphe, informelle, mouvante et à localisation indéterminée. Il est à reconnaître, qu'un grand flou sémantique et de malentendu entache cette notion, même si un minimum de contenu est globalement accepté¹.

Cependant, deux grands événements, ont jeté, injustement d'ailleurs, un grand discrédit à la rive sud de la méditerranée. Tout d'abord, la dissipation de la menace communiste a posé la problématique du candidat « habilité » à remplir cette fonction : le nouvel ennemi qui réunit, dans l'état actuel des choses, les conditions requises semble être le Sud et plus précisément le « péril vert » ou l'islamisme. Même si officiellement, le discours est plus édulcoré, et même si une bonne partie de l'intelligentsia européenne refuse ce raccourci. Les événements du 11/9 n'ont fait que re-souligner ce nouveau statut du musulman en dépit d'un discours exhortant le « dialogue des civilisations » comme si celles-ci étaient séparées entre elles par des cloisons étanches². Aujourd'hui la rive sud, dans un imaginaire assez large s'est transformée en source de menace pour la paix et la stabilité dans la Méditerranée et au sein des pays de l'UE.

Importante est de noter à quel point, il y transposition mécanique de l'ambiance d'insécurité (réelle ou sciemment entretenue) qui plane aux Etats Unis d'Amérique à l'Europe. Cette transposition est d'autant plus inappropriée que par rapport à un passé récent, l'Europe n'a jamais connu une situation si paisible.³

Certes, il est difficile de nier les menaces de la sécurité interne à l'Europe telles que les flux migratoires, le trafic de drogue, les problèmes des minorités et des marginaux, mais non seulement ces phénomènes ne sont pas nouveaux mais ils sont de plus en plus *instrumentalisés* politiquement. Le contexte international s'y prête parfaitement.

¹ A savoir (i) l'usage organisé de la violence par différents moyens matériels et immatériels, (ii) la volonté de propager la terreur et de la peur, (iii) les conséquences en termes de dégâts humains et matériels, (iv) avec des objectifs politiques et/ou personnels, (v) un mode de faire qui nie les règles du droit domestique et international.

² M. Fouad Ammor « Le Maghreb face à la mondialisation » (Collectif), Revue Confluences n°21, Printemps 1997, l'Harmattan, Paris.

³ Ce climat est davantage amplifié et regardé à travers la loupe américaine que véritablement réelle pour l'espace européen. Certains vont jusqu'à affirmer à juste titre, que jamais l'UE n'a vécu dans une telle stabilité qu'aujourd'hui. Cf. I. Ramonet « La guerre sociale » in Monde diplomatique Novembre 2002

Par ailleurs, il est à rappeler que les nouvelles mesures de sécurité dans la Méditerranée, et toutes les initiatives politiques de sécurité proviennent de la rive Nord méditerranéenne⁴. Les pays arabes ne sont pas parvenus, jusqu'à présent, à déterminer une vision identique sur la sécurité en Méditerranée leur permettant de peser sur le cours des événements⁵ : Cela reflète une absence de perception sécuritaire et de défense arabe dans cette région. Ce fait s'explique par la diversité et la discordance des pays arabes et islamiques.

In fine, de ce qui précède, on peut tirer les éléments conclusifs suivants :

A- La polysémie interprétative du concept de sécurité chez les différents partenaires est un fait qui nourrit les malentendus. La perception tronquée de la sécurité continue à être la règle aussi bien au Nord qu'au Sud. En dépit des discours, il y a une grande imprécision sur la définition des menaces et sur les garanties mutuelles à concevoir et à mettre en pratique. La notion de sécurité est devenue depuis le 11/9/2001 fortement liée à celle d'une menace diffuse et celle-ci est intimement liée à celle de terrorisme. Il est à rappeler que la sécurité dans l'espace méditerranéen est organiquement liée à sa situation économique et politique. Les multiples fléaux tels que l'émigration clandestine, l'explosion démographique, le renforcement des mouvements intégristes et l'extension des conflits peuvent être résolus moyennant la réunion des conditions politiques, économiques et sociales.

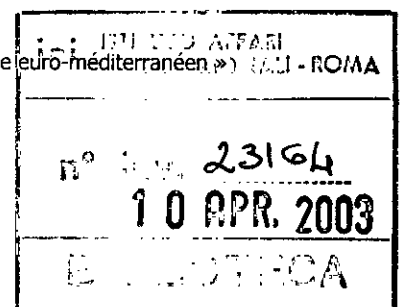
B - Tous ces facteurs s'imbriquent dans le cadre du partenariat euro-méditerranéen auquel on reproche de s'être resté prisonnier des questions classiques de sécurité sans mesurer à leur juste valeur les questions corollaires de développement économique et social des pays de la rive sud de la Méditerranée, de ne s'être pas suffisamment impliqué dans le processus de paix au Moyen-Orient. Certains vont jusqu'à considérer que la non-implication de l'UE dans le processus de paix au Moyen Orient est une preuve tangible de la marginalisation voulue par les USA du rôle de l'Europe dans l'espace méditerranéen.

C - Sur un niveau psychosociologique, on peut dire que plus que l'insécurité, la sécurité interne à l'UE s'exprime en termes de sentiment de bien être, de liberté de mouvement et de comportement, de respect de soi et des autres. En effet, la présence d'un voisinage en mal d'intégration, de comportements en mal de décodage attisent le sentiment d'insécurité du citoyen européen moyen, amplifié par certains médias et utilisé, à des dessins politiques, par certains partis de droite et d'extrême droite. De ce fait, ce sentiment d'insécurité interne aux pays de l'UE n'a pas de justification convaincante aux yeux du citoyen moyen des pays de la rive sud de la Méditerranée eu égard aux différents acquis des populations européennes en termes économique (bon revenu par tête d'habitant, bon régime d'allocation, de couverture médicale et de retraite...), politique (respect de la volonté des citoyens quant au choix de leur dirigeants et quant à la transparence dans la gestion des affaires publiques) et culturel (respect des données culturelles locales et leur autonomie relative). Plus que l'insécurité, c'est cette stabilité et prospérité du Nord qui nourrit ce désir réel ou imaginaire d'une bonne partie de la population du Sud -en voie d'extension- à vouloir bénéficier de cette opulence et de ces acquis qu'on ne cesse de regarder à travers la loupe et des « zooms » de plus en plus grandissants au fur et à mesure de l'exacerbation des conditions sociales et économiques et politiques dans les pays du Sud.

D - En tout état de cause, les pays de la rive sud de la Méditerranée, considèrent que la sécurité au Nord est indissociable du comportement européen de fait et de droit. *De fait*, en termes d'une répartition plus équitable des bienfaits du progrès économique et d'une bonne intégration des migrants et des marginaux dans les Communautés Européenne et *de droit* en termes d'équité et de justice dans le traitement des affaires internationales. Ici, la position des européens à l'égard du problème israélo-palestinien est à reconsidérer avec plus d'audace et de clairvoyance.

⁴ Roberto Aliboni, Fouad Ammor, Alvaro de Vasconcelos « Intégration et sécurité dans l'espace euro-méditerranéen » IEEI - ROMA
Publication IEEI, Lisbonne, avril 2002.

⁵ Hormis la proposition égyptienne relative à la création d'un club méditerranéen en 1991,



4

Conferência Internacional de Lisboa
International Lisbon Conference

O Futuro da Europa

The Future of Europe

Lisbon, 11 - 12 November 2002

— The wider impact of a European foreign, security and defence policy —

European Foreign, Security and Defence Policy

Sid Ahmed Ghazali

Former Prime Minister, Algiers

EUROPEAN FOREIGN, SECURITY AND DEFENCE POLICY

Sid Ahmed Ghozali

Former Prime Minister, Algiers

Mesdames et Messieurs,

Je vous salue tous et remercie les organisateurs du XXème colloque international de Lisbonne, de m'avoir invité à livrer un point de vue sur un sujet qui est à la fois d'actualité et d'une importance capitale pour notre région.

Nos hôtes m'ont permis en même temps de redécouvrir Lisbonne. Mon premier contact avec cette capitale date d'une certaine fin d'été de 1961 : c'était à l'occasion d'une courte escale nocturne, sur le chemin de mon retour d'un voyage de fin d'études que j'avais effectué au Brésil avec mes camarades de promotion de l'Ecole Nationale des Ponts et Chaussées de Paris. Quarante et un ans après, j'ai plaisir à revenir dans un Portugal tout à fait autre, celui que la Révolution des œillets a définitivement engagé dans la voie démocratique, celle du progrès et de la prospérité, un Portugal membre à part entière dans l'œuvre historique de l'édification de l'Union européenne.

En 1961, l'Algérie était à un an de la libération du joug colonial et du recouvrement de son indépendance. Quarante et une années plus tard, la région d'où je viens, toujours à la recherche d'institutions démocratiques, n'est pas sortie des sentiers cahoteux pour ne pas dire tortueux qui mènent à la modernité

Pour ce qui est de ma propre contribution dans le cadre de cette conférence, je vais m'exprimer, autant que faire se peut, objectivement et donc librement. Il est en effet bon d'éviter la langue de bois, qu'elle soit incantation ou dénigrement, de s'affranchir de la pensée unique officiellement convenue, de dépasser résolument les anachronismes géopolitiques post-coloniaux.

Le devenir de l'Union européenne intéresse le monde entier, à commencer par ses voisins. Les Européens de l'Est en sont les voisins immédiats. Ils ne sont pas les seuls et pas nécessairement les plus cruciaux pour la prospérité et la sécurité de l'Europe. De par sa proximité, autant qu'en raison de ses potentialités, le Sud du bassin méditerranéen ne pèse pas moins que le Nord sur la paix et la sécurité en Europe : l'irruption de la violence intégriste de la dernière décennie, ajoutée à la problématique de l'émigration d'un côté, la descente aux enfers qui sévit au Moyen-Orient, et d'un autre côté, les nouvelles découvertes pétrolières en Algérie qui ont classé depuis 1995 notre région comme « futur détenteur majeur de réserves pétrolières », tous ces facteurs devraient interpeller l'Europe pour une réelle actualisation de son regard en direction de la rive Subméditerranéenne, surtout à la lumière de la nouvelle donne géostratégique qui se dessine pour notre région au sein des états-majors de l'outre-atlantique. Pour une attention plus pointue à la problématique des libertés, de la démocratie et du développement au sud du bassin méditerranéen.

S'agissant du seul Maghreb, un historien chrétien français, ancien militant de la cause de l'indépendance algérienne et en même temps supporter infatigable de l'amitié franco-allemande, je veux parler de Joseph Rovin, n'a cessé d'interpeller son propre pays, la France, ainsi que son grand voisin, l'Allemagne, sur le regard spécifique que l'Europe selon lui devrait porter à l'Algérie, dont il disait volontiers *« quelle ne doit pas être seulement l'affaire des Français mais aussi celle des Allemands et de tous les Européens, de même, ajoute-t-il, que la Pologne ne doit pas être regardée comme l'affaire des seuls Allemands mais aussi celle de la France et des Européens dans leur ensemble »*.

Après les pays européens eux-mêmes, nous sommes nous Maghrébins les plus intéressés à un accomplissement réel de la construction européenne :

- La Méditerranée vit en entité depuis des millénaires. De « visites » réciproques plus ou moins amicalement prolongées sur des siècles, en « séjours » alternés, de puis les Vandales, les Grecs,

les Romains et les Turcs aux Français et aux Italiens en Afrique du Nord, en passant par les Arabo-Berbères dans la péninsule ibérique, en France ou dans les grandes îles méditerranéennes, durant près de trois millénaires, nous n'avons jamais cessé d'échanger, des coups bien sûr, mais beaucoup plus souvent que des coups, des marchandises et des connaissances, des biens temporels et spirituels.

Tout ça crée des liens : ce sont la géopolitique et l'histoire qui font de l'Europe notre partenaire naturel.

- Il y a aussi la construction de l'Europe, exercice sans précédent dans l'histoire de l'humanité : pour la première fois en effet un processus d'unification est commandé, non point par l'épée, mais de manière pacifique, selon la volonté consciente des participants, par la force du droit et par la voie démocratique. Aux yeux des Maghrébins d'aujourd'hui notamment, héritiers d'un rêve entretenu depuis des générations cette construction est du plus haut intérêt.

Bien que loin d'être achevé mais constituant déjà un vaste champ d'exercice d'unification étayé sur près d'un demi siècle d'expérimentation en vraie grandeur, le processus de la construction européenne constitue en effet pour l'espérance nord africaine voisine une référence précieuse.

Sans doute les Européens se désolent-ils parfois, et nous avec eux, de ne pas aller assez vite à leur gré. Cependant, une observation intelligente d'un processus d'unification même inachevé mais qui devance le nôtre de plusieurs décennies, peut nous faire gagner un temps considérable dans la concrétisation de notre rêve maghrébin. Nous pouvons même espérer ainsi rattraper notre retard en matière d'intégration régionale, car à côté de nos handicaps certains par rapport à l'Europe en matière de développement institutionnel, économique et technologique, culturel et social, voire en matière de ressources naturelles, ce n'est pas un mince avantage pour une communauté à l'instar de la nôtre, qui prétend vouloir s'engager dans un processus d'intégration que de compter sur une aussi remarquable continuité – pour ne pas dire une large identité – non seulement territoriale, mais aussi ethnique, populaire, linguistique, culturelle, de compter en même temps un passé entremêlé de plusieurs dizaines de siècles. Une continuité tellement enracinée dans le passé que nous devons 90 % de nos différences à la différence de nos itinéraires coloniaux respectifs.

Il y a en outre que le passé commun des peuples de l'Afrique du Nord est indemne de séquelles analogues à celles qui marquaient profondément les esprits en Europe au moment du lancement de l'idée européenne, c'est-à-dire juste au lendemain de la dernière et la plus cruelle des guerres successives qui avaient déchiré l'Europe durant des siècles auparavant. Les pères fondateurs de la CEE ont été confrontés au défi considérable d'avoir à rassembler des peuples qui en étaient encore à se regarder mutuellement, au travers de leurs frontières, comme des « ennemis biologiques ».

Rien de tel ni à une telle échelle ne s'est produit entre les peuples maghrébins : les plus méchantes de nos divisions et de nos escarmouches ne représentent rien à côté des étripages mutuels massifs qui ont divisé les peuples en Europe durant des siècles. Aux plus forts moments de tension, jamais nos peuples ne se sont sentis ennemis.

Au contraire, les aspirations unionistes font partie de nos cultures, à un point que même les nationalismes historiques ne sont jamais allés sans un lien étroit avec ces aspirations. Les plus fortes séquelles résultant des crises les plus tendues, n'ont jamais rompu ce qui fait l'unicité des peuples. Au pire, ces tensions jumelées aux échecs des entreprises unionistes ont produit chez les générations nouvelles une sorte de désintérêt qui est à mettre au compte de la désaffection chez ces mêmes générations vis-à-vis des Etats nationaux, de la politique et de la chose publique en général, résultat des contentieux et des fractures qui s'établissent entre elles et les générations dirigeantes.

En réalité, vous le savez bien vous Européens, la voie royale pour un engagement sérieux dans la réalisation du projet fédératif, est celle qui passe par la progression et la modernisation institutionnelles : plus chacun des prétendants à l'Union s'attachera à mettre de l'ordre dans sa propre maison, à s'élever au niveau d'un seuil minimum de développement institutionnel, à s'inscrire résolument dans la voie de la démocratisation et du respect des libertés individuelles, plus il s'appliquera à la bonne gouvernance, plus il assurera l'édification de son économie sur l'optimum de libération de ses énergies créatrices, plus, ce faisant, il oeuvrera à asseoir pour toujours les bases d'une Union crédible, répondant aux aspirations ancestrales et aux exigences de notre temps.

- En tant que membres de la communauté internationale, nous aspirons à un monde sûr, paisible. Qu'il s'exerce à l'intérieur de frontières nationales ou sur le plan international, le leadership unique a montré son incapacité à assurer la stabilité et la sécurité et la prospérité.

Le leadership unique qui s'est instauré sans contrepoids depuis la décomposition de l'empire soviétique, n'est pas à même de favoriser l'instauration d'un ordre mondial prémuni contre les dérives totalitaires inhérentes aux situations de mono-polarité, et ce, quelles que soient les meilleures intentions des détenteurs de ladite mono-polarité. Les guerres du Golfe ainsi que celles des Balkans, l'enlisement tragique de la question palestinienne, le nouveau concept du « Mal absolu et de l'Axe du mal » et un dévoiement certain de la lutte anti-terroriste internationale, sont autant d'illustrations concrètes du fait que les dangers de la mono-polarité mondiale ne sont pas seulement théoriques.

Or, face à ces dangers et jusqu'à ce que la Russie, l'Inde ou la Chine viennent à peser de tout leur poids, c'est à dire pas avant plusieurs décennies, seule l'Europe est à même de pouvoir, constituer à moyen terme ce contrepoids si nécessaire à plus d'équilibre et de sûreté dans le monde.

Pour jouer ce rôle l'Europe est donc confrontée à un triple défi :

1. Réaliser l'Union politique ;
2. Accompagner les pays du Sud de la Méditerranée dans une démocratisation authentique, un développement durable, une unification crédible ;
3. Dissuader toute velléité de « moyen-orientalisation » du Nord de l'Afrique.

Vous ne me tiendrez pas rigueur de ne citer le premier défi que pour mémoire, pour passer d'emblée au deuxième défi.

Rien ne me paraît plus détestable que la formule qui fait dire à certains d'entre nous « nous sommes condamnés à nous unir » ou « condamnés à coopérer ». Comme si nous allions à ladite union ou à ladite coopération comme à un « pis aller » Comme s'il ne suffisait pas que nos intérêts nationaux bien compris les plus évidents nous y incitent si fortement !

La profession de foi euro-méditerranéenne est de faire de notre espace commun une zone de paix et de prospérité. Paix et sécurité, développement et sécurité, les bonnes affaires et l'amitié : l'un ne va pas sans l'autre, l'un conforte l'autre.

En sus du passé, il y a les perspectives d'avenir. S'agissant de la prospérité, elle ira de pair avec nos échanges.

Le volume des échanges extérieurs annuels des pays du Maghreb est de l'ordre de 50 milliards €, dont près des trois quarts sont partagés avec les pays de l'Union Européenne. Mais au regard des potentialités maghrébines ce volume devrait pouvoir dépasser 150 milliards €.

Elever le niveau des échanges commerciaux entre les pays du Maghreb et les pays de l'UE, au-dessus de la barre des 100 milliards € d'ici à 2015, tel est l'un des défis qui devraient inspirer la conception des relations futures entre le sud et le nord de la Méditerranée occidentale.

Les accords de coopération de 1976 ouvraient, au profit des produits du Sud méditerranéen et sans obligation de réciprocité, le libre accès au marché européen ; ils prévoyaient en même temps une très modeste coopération financière. Si les accords de libre échange de part et d'autre de la Méditerranée, devaient se réduire seulement à rendre réciproque le régime préférentiel des accords de 1976, alors la future instauration de la Zone de libre échange euro-méditerranéenne se traduirait automatiquement par un durcissement des conditions d'échanges à la défaveur du plus faible des deux partenaires.

Il est vrai qu'au fur et à mesure de l'élargissement de l'Europe d'un côté et de l'avancement des négociations du GATT de l'autre côté, les préférences des accords de 1976 sont allées en s'érodant pour la plupart des exportations maghrébines (vins, huiles agrumes et plus généralement produits agricoles, textiles)

Par ailleurs, qu'il s'agisse de ceux parmi les pays du Maghreb qui ont déjà conclu avec l'UE ou de ceux qui sont sur le point de conclure il est d'ores et déjà acquis, que ces pays sont allés aux négociations avec une capacité contractuelle des plus réduite, et ce, pour au moins trois raisons :

- Outre le fait qu'ils sont allés aux dites négociations isolément – l'UMA étant en panne et

pratiquement inexistante au plan des échanges inter maghrébins de biens et services – les pays maghrébins y sont allés aussi en ordre dispersé, sans coordination ni même concertation.

- Certains auront négocié dans une situation interne d'affaiblissement, sous les coups cumulés d'une transition qui n'en finit pas de commencer, de l'instabilité politique et de l'irruption de l'intégrisme violent, quand ce n'était uniquement dans la recherche d'un effet d'image personnelle...
- Les négociateurs maghrébins n'auront pas intégré dans leurs stratégies, la perspective de réévaluation des données de base en matière de sécurité dont nous parlerons plus loin (transformation de la région sur le plan de ses potentialités pétrolières).

Ce ne sera qu'en s'élevant au niveau d'un seuil minimum de développement institutionnel, à s'inscrire résolument dans la voie de la bonne gouvernance et donc de la démocratisation et du respect des libertés individuelles fondamentales, que notre parviendra à donner aux nouvelles relations euro-méditerranéennes le plus de chances de profiter aux deux partenaires au niveau des potentialités réelles des uns et des autres. Le soutien européen doit être à la hauteur de ces mêmes potentialités, dans le cadre d'une vision à long terme

Le ciment de notre partenariat avec l'Europe doit être le même qui fait une transaction réussie c'est à dire une transaction durable et une transaction durable est celle qui fait deux gagnants. Chaque partenaire y mesure justement ses propres intérêts comme ceux de l'autre, qu'il respecte autant qu'il respecte les siens.

Aucun ne prétend dicter sa voie à l'autre : laissons les intérêts mutuels se charger de dicter leur ligne de conduite aux participants à la transaction.

Les lois de l'économie ne sont pas une science exacte au point que l'un des partenaires se permette d'en inférer un mode de fonctionnement qui s'imposerait à l'autre partenaire. La libre entreprise repose sur le libre arbitre et l'intime conviction de l'entrepreneur. Rien n'est plus antiéconomique et antisocial que des prétendues réformes qui seraient subies pour prévaloir sur la conviction des nations souveraines intéressées. La privatisation idéologique est aussi bonne que pouvait l'être hier la nationalisation idéologique de l'économie.

La plus mauvaise des privatisations est celle qui se fixe elle-même comme sa propre finalité, ou celle que l'on subirait comme un pensum imposé par le FMI. Il n'est de bonne réforme que celle que l'on développe par conviction et non point celle que l'on boirait comme une potion imposée.

Que les diktats laissent la place à l'inspiration provenant de l'émulation et la saine concurrence

La région européenne a autant à gagner que la nôtre à une intégration sud méditerranéenne accomplie : pour autant qu'ils en sont eux-mêmes convaincus, les Européens doivent en tirer les conséquences quant au redéploiement de l'investissement qu'ils doivent consentir au profit de cette intégration comme pour la réunion des conditions nécessaires à l'instauration de la bonne gouvernance et plus généralement quant à la projection à long terme de leur vision d'avenir.

De même que ni la conception de l'économie de marché ni la voie qui y mène ne sauraient se réduire à un stéréotype mathématique, de même la construction de l'Etat de droit et des libertés fondamentales ne saurait être normalisées dans une sorte de mode d'emploi standard qui serait dicté du dehors.

Aider à former des journalistes est une bien plus sûre manière de favoriser la liberté d'information que distribuer des mauvais points sur le respect de la liberté de la presse.

Pour qui sait ce qu'il en a été des droits de l'homme, du respect de la vie, de l'intégrité de l'individu et de ses libertés élémentaires dans les contrées colonisées, il est loisible de savoir également combien peuvent être tortueuses les voies qui mènent vers les horizons radieux de la liberté et combien peuvent être vaines les certitudes de la pensée unique en la matière.

Soutenir des programmes d'édification d'une administration compétente (Justice, Education, Administration fiscale, Environnement, Santé etc.) propre à substituer à l'Etat détestable, un Etat serviteur du peuple c'est à dire un Etat respectable, est infiniment plus opérant que des injonctions à faire « démocrate ».

Entre partenaires on a le devoir de tout se dire qui aille dans le sens du renforcement du partenariat, ce qui n'empêche nullement de garder l'acuité qui permet de distinguer entre le soutien du partenaire loyal et l'ingérence immodeste du donneur de leçons.

A l'inverse, les clauses relatives, au respect des libertés démocratiques et plus généralement à la bonne gouvernance ne doivent pas figurer dans les accords de partenariat euroméditerranéen uniquement pour la forme. La complaisance vis-à-vis des partenaires qui ne les observent pas est aussi coupable que l'ingérence dans la souveraineté de l'autre. Une telle complaisance est une des formes pernicieuses du manque de loyauté entre partenaires.

Le partage de valeurs universelles entre partenaires doit jouer dans les deux sens.

Il doit signifier respect des valeurs acceptables et rejet non ambigu des causes inacceptables.

Ainsi n'en a-t-il pas été, par exemple de certaines positions ambiguës manifestées ici et là en Europe vis à vis de la violence intégriste : alors que la barbarie se déchaîne, l'absence de condamnation et de rejet de la violence terroriste barbare, équivaut à une légitimation de causes inacceptables à la conscience humaine.

L'Europe des droits de la personne et de la chasse au crime contre l'humanité, l'Europe ennemie déclarée du terrorisme n'a pas le droit de tomber dans le piège tendu par les tenants de la violence intégriste qui ont toujours visé à la déstabilisation de « l'Etat ennemi » en le discréditant aux yeux de l'opinion internationale par la multiplication du massacre des innocents.

Les Etats ne sont pas les opinions publiques, en ce sens qu'ils ne peuvent se prévaloir de l'excuse de n'être pas informés des réalités. Aussi est-il choquant de voir que lorsque les intégristes tuent égorgent et dépècent, c'est l'Etat algérien qui est désigné du doigt et c'est la barbarie intégriste qui se trouve du coup légitimée.

Le processus d'union entre pays sud méditerranéens, il est inséparable de la démocratisation et du développement.

A titre, je rappellerai qu'il y a déjà près de quatorze années que les cinq chefs d'Etat maghrébins proclamaient avec ferveur, à Alger puis à Marrakech leur résolution à s'engager dans un processus d'édification de l'union maghrébine.

On ne compte pas le nombre des rencontres inter maghrébines qui se ont tenues après le traité de Marrakech : il fut foisonnant. Ni le nombre des accords qui furent signés dans tous les domaines : il est considérable.

En 1989 les pays maghrébins échangeaient entre eux l'équivalent de moins de 3% de leur commerce extérieur. En 2002 les échanges inter maghrébins sont à peine du même ordre de grandeur, vers le bas.

Les multiples accords sectoriels sont restés lettres mortes quand ils n'ont pas été foulés dès le début d'une laborieuse entrée en vigueur, timide et cahoteuse. La libre circulation des personnes et des biens, par exemple, a été un feu de paille : que des hommes de main commettent un coup dans un hôtel de Marrakech et ce sont les frontières orientales qui sont fermées tout de go et sans préavis. A ce jour, elles demeurent verrouillées, ce qui atteste à la fois de la précarité du climat politique et de la fragilité d'accords intermaghrébins frappés du seul sceau de la ferveur, voire d'une fébrilité boulimique qui confond souvent vitesse et précipitation.

Sur un autre plan, on chercherait vainement une politique commune. En matière de politique extérieure par exemple, alors qu'en 1990 – j'étais moi-même aux affaires étrangères à l'époque- les Maghrébins s'étaient promis d'approcher l'Europe en commun, on voit qu'en fin de compte ils sont allés aux négociations du partenariat en ordre dispersé, sans coordination ni même concertation. A observer l'empressement impatient qui s'est manifesté dans la rive sud de la méditerranée en direction de la signature des accords de partenariat avec l'UE, on se demande parfois si c'est une juste mesure des grands enjeux liés au partenariat euro méditerranéen qui a dominé les motivations ou si ce fut plutôt, selon les cas, la pression du court terme commercial ou la recherche d'une hypothétique prime au premier signataire, ou une quête de respectabilité, sous les coups cumulés des transitions qui n'en finissent pas de commencer ou la quête d'une magique sortie de situations internes d'affaiblissement, voire d'éphémères et non moins dérisoires succès d'image.

Last but not least, aucun de nous n'aura intégré, dans son approche du partenariat euro méditerranéen, la nouvelle donne stratégique qui est en train de s'opérer dans notre région depuis la deuxième moitié de la décennie 90 : la perspective de réévaluation des données de base en matière de sécurité dans notre région, qui a considérablement évolué par rapport à ce qu'elle était en 1989 et qui

ne sera pas sans impact sur le partenariat avec l'Europe. Il relève beaucoup de l'UE de faire en sorte que l'impact soit positif.

Force est de constater que le processus maghrébin n'a avancé sur aucun front. Dans certains secteurs il y a eu régression. Sur le plan intérieur, la région est plutôt en panne et l'assainissement des contentieux politiques bloqué.

Sur le plan extérieur, le partenariat avec l'Europe s'est conclu avec une capacité contractuelle maghrébine des plus réduite. De ce fait aucune n'a obtenu auprès de nos partenaires européens des accords proportionnés aux atouts que détient la rive sud de la méditerranée.

Ce constat n'est pas pour le plaisir de l'auto flagellation ou d'une quelconque dérisoire culpabilisation. Son énoncé n'a de sens que s'il débouche sur les moyens de rebondir. Il s'agit de regarder lucidement les raisons aux fins de rectifier le tir.

Les aboutissements des projets contemporains de regroupements régionaux nous éclairent assez sur les conditions de faisabilité de notre propre projet.

On rappellera en premier lieu que les initiateurs du projet européen étaient des démocraties, fraîchement restaurées au lendemain de la deuxième guerre mondiale certes, mais issues des plus anciennes démocraties européennes. A l'exception du cas spécifique du Royaume Uni, les Etats qui ont rejoint les Six n'ont pu être admis qu'après une mise à niveau avérée et éprouvée sur les plans, institutionnel d'abord, puis économique.

L'Espagne, le Portugal et même la Grèce génitrice civilisationnelle de l'Europe, n'ont pu entrer dans la CEE que vingt années après le traité de Rome et dix ans et plus après les restaurations de leurs démocraties respectives.

En second lieu, on se souviendra aussi de ce que depuis la CECA en 1951 et le traité de Rome en 1955, le projet européen n'a pris le titre d'Union Européenne que quarante cinq années plus tard ; que la levée des frontières douanières ne s'est accomplie qu'en 1992 et que la libre circulation des personnes ne s'est instaurée que cinquante ans après le traité de Rome et pour sept pays seulement. Encore que, à ce jour, l'espace Shengen ne s'est pas encore étendu à la totalité des quinze.

Si par ailleurs l'Europe monétaire a commencé au milieu des années 70, l'unification proprement dite de la monnaie ne s'est accomplie que cinquante deux ans après le traité de Rome.

Ce rappel n'est pas, loin s'en faut, pour dire qu'il nous faudra attendre autant de décennies pour que le rêve maghrébin de la fin de la décennie 80 accomplisse les mêmes avancées que l'utopie européenne des années 50. C'est surtout pour dire qu'on ne peut s'inspirer utilement des réalisations européennes, tout en faisant fi des étapes préalablement franchies et qui ont consisté à réunir les conditions fondamentales nécessaires à une concrétisation crédible du projet unioniste.

C'est dire enfin que le cheminement de l'idée européenne est passé par une succession d'achèvements intermédiaires dont le fil conducteur a constamment été la solidarisation progressive des intérêts en parallèle et en liaison constante avec la consolidation continue de la confiance mutuelle.

Le premier acte des six pays initiateurs a été de fusionner leurs intérêts dans deux secteurs stratégiques de l'époque, parmi les plus forts et les plus emblématiques de leur espace économique : c'est ainsi qu'était créée la communauté européenne du charbon et de l'acier. Une seconde communauté était ensuite fondée dans le domaine de la recherche nucléaire ; puis une troisième puis une quatrième dans d'autres secteurs, comme l'agriculture à travers la politique agricole commune ou l'environnement et ainsi de suite, dans la recherche spatiale, la science et l'éducation, toutes ces communautés se succédant et se complétant pour former une Communauté économique européenne, la **CEE**, parallèlement à l'élargissement d'un marché commun qui ne s'est achevé qu'en 1992.

Sur le plan institutionnel, les structures communes étaient mise en place, non pas comme une manière de préfigurer symboliquement des institutions communes de la future Union mais pour accompagner les réalisations intermédiaires concrétisées pour préparer l'union. D'où ce que l'on a appelé par raccourci la Commission et qui était comme son nom l'indique la Commission des communautés européennes, devenue récemment la Commission européenne, la **CE**. De la même manière, la Cour de justice européenne n'était pas pour jouer le rôle symbolique d'une coquille vide installée en attente de la Cour suprême de l'Union de demain, mais bel et bien pour répondre à des besoins juridiques concrets induits par la constitution et le développement continu des espaces communautaires qui

venaient à la fois configurer l'édifice commun et apporter de nouveaux composants à sa construction.

Revenons à l'entreprise maghrébine : si nous voulons la conduire à bon port, nous devons nous convaincre que l'attraction mutuelle ne suffit pas à elle seule. Le monde arabe est riche en unions éphémères qui ont vécu ce que vivent les roses, l'espace d'un printemps et même moins. En plus de l'aspiration, aussi forte et sincère qu'elle ait pu être, et qui *l'est* toujours, il faut réaliser les conditions de la **confiance mutuelle**.

Par-dessus tout, ce que nous montre notre propre expérience autant que celle des autres, notamment nos voisins du nord, c'est que la faisabilité d'une union repose en premier lieu sur l'existence et ou la réunion de conditions préalables fondamentales et en second lieu sur le choix d'un processus opérationnel approprié.

Au titre des fondements il y a bien sûr le sentiment ou l'utopie ou la volonté forte d'un destin commun induit par l'histoire, le voisinage et la complémentarité d'intérêts. Le deuxième pilier est la confiance mutuelle. Car l'union repose sur l'acceptation d'une loi supérieure à la loi nationale, sur la capacité des parties de l'union à respecter la loi supérieure. Une telle capacité n'est jamais assurée en deçà d'un minimum institutionnel et démocratique garanti et garant. Le cas du Comecon qui a disparu aussi soudainement que le mur de Berlin offre un contre exemple en matière d'union en ce sens qu'il atteste de l'incapacité à dépasser le stade des regroupements factices et précaires qui est celle des logiques volontaristes et autoritaires.

Au titre de l'option opérationnelle, le processus est un chemin critique qui vise à élever l'édifice et qui doit passer concomitamment par la fructification des complémentarités, la fusion progressive des intérêts et la consolidation de la confiance mutuelle. Dans ce cheminement critique, la solidarisation des intérêts est inséparable avancées concrètes de l'Etat de droit, de la culture des droits de la personne et de la démocratisation : ce sont là les volets liés d'un même processus qui conduit le développement de la confiance mutuelle et l'élargissement de l'espace des intérêts communs tout en les faisant s'auto entretenir pour aboutir à la nécessaire élévation de la logique et des espaces communautaires au-dessus de la logique et des égoïsmes nationaux, obstacles antinomiques avec l'idée de l'union.

Il y a eu lieu de tirer la leçon de nos échecs et du succès de la construction de l'Europe qui est un exercice sans précédent dans l'histoire. Aux yeux des Maghrébins d'aujourd'hui, héritiers d'un rêve entretenu depuis des générations cette construction est du plus haut intérêt, non point qu'elle soit un unique modèle du genre à copier les yeux fermés, mais en ce sens elle incarne une méthode dont nous serions bien avisés de nous inspirer.

Bien que loin d'être achevé mais constituant déjà un vaste champ d'exercice d'unification étayé sur plus de quarante années d'expérimentation en vraie grandeur, le processus de la construction européenne constitue en effet pour l'espérance maghrébine voisine une référence précieuse, tant pour ce qui est à faire que pour ce qui est à ne pas faire.

J'en viens au troisième défi, celui qui est lié aux perspectives de profonde évolution des **conditions géopolitiques** en matière de sécurité.

Le précédent le plus exemplaire des dangers inhérents à de telles perspectives nous est donné par l'histoire du Moyen-Orient du demi-siècle dernier.

Le concept d'intérêt " suprême " déclaré des USA au Moyen Orient, repose sur le fait que cette zone est détentrice des deux tiers au moins des réserves mondiales prouvées en pétrole. Elargi au Maghreb arabe, ce taux se rapprochera des trois quarts, en raison principalement des réserves révélées en Algérie au Grand Erg oriental notamment et qui hisseront probablement ce pays — longtemps rangé comme seulement " gazier " — au rang de détenteur majeur de réserves pétrolières,.

Les réserves des pays hors OPEP ayant crû, à ce jour, six fois moins que la demande mondiale, il est vraisemblable que la **satisfaction des demandes nouvelles** du marché pétrolier mondial dépendra **à plus de 80 %** des réserves situées dans l'ensemble méditerranéen et arabo-persique.

De surcroît, la position charnière du Moyen Orient sur les voies maritimes et aériennes qui relient l'Europe et le bassin méditerranéen avec l'Afrique, l'Asie et l'Océan indien, est vitale pour les capacités commerciales et militaires des USA à travers le monde. A l'inverse, le détroit de Gibraltar, le canal de Sicile et le Canal de Suez, font partie, le long de ces voies et en amont des détroits stratégiques de Bab

El Mandab et d'Ormuz, des points sensibles de tout dispositif de sécurité centré sur le moyen Orient. Les " pays adjacents " à ces points sensibles et donc susceptibles " d'interférer " dans leur sécurité, se trouvent par ailleurs partager la même civilisation avec les pays du Moyen Orient.

Ceci aura des implications de deux types

Un intérêt accru des USA pour la région et donc possibilité d'accroissement du pouvoir contractuel de nos pays

Une contrainte accrue et des possibilités de nouvelles menaces.

A titre d'exemple, on sait comment le souci de préservation de cet « intérêt suprême » à impliqué les USA dans une stratégie de **contrôle direct et sans partage** de la région considérée.

On se souviendra qu'à deux moments cruciaux de la " crise du Golfe " — le 2 août 1990, **quelques heures après l'invasion** du Koweït, puis le 25 février 1991, **soit une semaine après le déclenchement de la guerre du Golfe** — le discours du Président George Bush proclamait avec force, le seul et même mot d'ordre : " *Il n'y pas d'alternative au leadership américain* " "

Deux semaines avant la guerre du Golfe, l'ancien Président Nixon précisait sans ambages, que si " *les soldats US sont au Golfe* ", " *ce n'est pas pour défendre la démocratie* " ... " *ni pour abattre une dictature, qui n'était qu'une parmi tant d'autres à travers le monde...* ". " **Si nous sommes là-bas, ajoutait Nixon, c'est pour préserver les intérêts vitaux des USA** " .

Communément admise, la complémentarité des intérêts stratégiques de l'Europe et des USA au Moyen Orient est exposée, de plus en plus, à être mise à mal. C'est ce qu'expriment les stratèges américains dans la revue " America's Security Stratégie " éditée par le Département US de la Défense : " *Notre confrontation aux défis du Moyen Orient risque d'être compliquée par le fait que nos Alliés occidentaux aussi bien que nos partenaires régionaux, ont parfois des intérêts qui ne sont pas nécessairement convergents avec les nôtres. Même là où nos intérêts sont complémentaires, des visées économiques contradictoires tendent la coopération avec nos Alliés et autres pays amis à travers le monde* " .

De l'équilibre Iran-Iraq au « dual containment » et la présence militaire permanente

Avant la chute du Shah, l'**équilibre des forces** entre ces deux puissances régionales était un **élément clé de la structure locale de stabilisation** conçue par les USA. Héritiers respectifs des Perses et des Babyloniens, deux des principaux protagonistes de l'histoire de la région depuis Rome et Byzance, légataires d'hégémonismes historiques, résiduels certes mais toujours vivaces, l'Iran et l'Iraq étaient — et demeurent — également considérés comme les sources potentielles des menaces qui pèsent sur la péninsule arabique. Il s'agissait alors de veiller à la préservation de cet équilibre, au besoin en contribuant au renforcement de chacun des deux pays, les faisant se neutraliser mutuellement.

Contrairement à l'Iran du Shah ainsi qu'à l'Iraq qui ont toujours recherché un partenariat privilégié avec les USA, la République islamique d'Iran a d'emblée clamé son hostilité au « Satan américain », ce qui a engendré ipso facto l'option US de l'affaiblissement de l'Iran. La guerre Iran-Iraq dite « première guerre du Golfe » et premier acte du « dual containment » va d'abord voir l'Iraq faire barrage aux menaces perses, ce qui lui vaut le soutien financier massif des Etats Arabes du Golfe et l'appui politique de l'Occident. Du côté US, cet appui ne tiendra que jusqu'à l'utilisation, pour la première fois en 1985-86, de l'arme chimique dans la région.

La détention avérée de " la bombe atomique du pauvre ", par l'Iraq, jugée inacceptable par les USA, va bouleverser les données stratégiques de la région dans la mesure où elle battait en brèche l'un des **invariants fondamentaux** de la structure locale US de sécurité, à savoir la **suprématie militaire absolue d'Israël**, sur son voisinage arabe et musulman.

Dès lors, c'est la politique **l'endiguement mutuel par l'affaiblissement des deux pays à la fois**. Ce que Kissinger traduira par la fameuse formule " Cette guerre doit se solder par **deux vaincus** ". En même temps que les révélations de l'Iran Gate en 1986 sur le soutien militaire US à l'Iran, via Israël, l'opinion internationale découvrait que des fuites calculées de la CIA en 1980, avaient fait croire à chacune des parties que le rapport des forces lui était très favorable...incitant chacun à en déduire que « c'était le moment d'y aller ». D'où, de l'aveu même de l'administration US, le déclenchement « suscité » de la première du golfe.

De surcroît, le « dual containment », jugé insuffisant, même conforté par une suprématie militaire israélienne au Moyen-Orient et un surarmement des pays de la péninsule était renforcé par un nouvel instrument clé de la structure sécuritaire US dans la région, qui reposait dès lors sur trois fondements :

- Affaiblissement de l'Iraq et de l'Iran
- Suprématie militaire Israélienne absolue
- Présence de forces militaires US, à la fois importante, permanente et située sur le sol de la péninsule même, à des fins aussi bien dissuasives qu'opérationnelles, tant en direction du voisinage immédiat que de l'intérieur de la péninsule.

L'engagement des USA dans la **politique déclarée** d'affaiblissement du potentiel économique et militaire de l'Iraq date bien de cette année 1986. Quant à l'invasion du Koweït – dont il est difficile de croire qu'elle ait pu prendre les USA par surprise– elle est intervenue fort opportunément quatre ans plus tard, pour offrir une voie royale au processus de concrétisation des trois objectifs stratégiques ci-dessus, et ce, à l'entière charge des protégés.

C'est au demeurant, en 1987 qu'était lancée une intense campagne diplomatique et médiatique autour du « nouveau danger Irakien ». Le harcèlement politico-médiatique de l'Iraq était allé crescendo, au point que Bagdad n'eut aucune peine à réunir les 20 et 21 mai 1990 tous les Chefs d'Etat Arabes, Syrie exceptée, venus exprimer leur soutien unanime à l'Irak.

C'est lors de ce sommet, que le Président Saddam Hussein promettait à l'Emir du Koweït, présent dans la salle, ouvertement et en présence de ses pairs, une réponse militaire au Koweït, dénoncé à l'époque pour dumping pétrolier préjudiciable aux *" intérêts vitaux du peuple irakien "*. *" Un pays, avait-il conclu en substance, recourt à la guerre, dans deux situations : quand il est agressé militairement ou quand il est agressé économiquement au point que ses intérêts vitaux sont touchés. J'avertis solennellement que la politique menée par le Koweït en matière pétrolière, est une agression intolérable contre les intérêts vitaux de l'Iraq "*.

On rappellera que deux mois plus tard, en envahissant le Koweït, c'est en premier lieu de la "légitime défense" que s'était prévalu l'Iraq...Ce n'est que plus tard que seront invoqués la revendication des « droits territoriaux historiques » de l'Iraq sur le Koweït puis le mobile de la question palestinienne. Notre région a-t-elle tiré toute la leçon du passé dans ses aspects négatifs et positifs ? Est-ce simple coïncidence, que là où se décreète un intérêt suprême du leadership unique, les foyers de tension se perpétuent ?

iai	ISTITUTO AFFARI INTERNAZIONALI - ROMA
n° Inv.	23164
10 APR. 2003	
BIBLIOTECA	



O Futuro da Europa

The Future of Europe

Lisbon, 11 - 12 November 2002

— A Política externa, de segurança e defesa europeia
vista do exterior —

***A Nova Doutrina de Segurança Global dos EUA:
Fundamentos, Contradições e Consequências Hegemónicas***

Gilberto Dupas

Instituto de Estudos Económicos e Internacionais, São Paulo

A NOVA DOCTRINA DE SEGURANÇA GLOBAL DOS EUA: FUNDAMENTOS, CONTRADIÇÕES E CONSEQUÊNCIAS HEGEMÓNICAS

Gilberto Dupas,¹

Instituto de Estudos Económicos e Internacionais, São Paulo

A nova postura internacional dos EUA tem efeitos complexos com relação ao futuro de sua condição hegemónica. A acção terrorista de Setembro, destruindo símbolos do seu poder económico, militar e político, foi um trauma imenso para os norte-americanos. Mas, para além da brutal e humilhante surpresa de um ataque ao coração da grande potência mundial, haveria suficiente inovação no atentado de 11 de Setembro para justificar que, a partir dele, o mundo teria mudado? E que seria imperiosa uma nova e dura doutrina hegemónica de segurança? A suposição de uma privatização das armas de destruição de massa por grupos não estatais pode ser muito assustadora. Mas o 11 de Setembro não parece diferir muito de um atentado clássico. As armas foram aviões de companhias aéreas norte-americanas, em voo regular. Actos *kamikases* também não são novidades. No entanto, o impacto dos atentados foi tão violento que justificou o brado guerreiro "os que não estão conosco, estão contra nós". Trata-se de uma enorme escalada retórica se a compararmos com a frase que Madeleine Albright gostava de repetir no governo Clinton: "Nós voamos mais alto, vemos de cima, e sabemos o que é melhor para o mundo". O trauma do 11 de Setembro foi tão profundo que não houve nenhuma resistência interna ao aumento massivo do orçamento da defesa implementado pelo governo. O forte apelo patriótico e a solidariedade resolveram a questão. No entanto, se olharmos um pouco para trás, desde os anos 1990 uma certa arrogância tem predominado naquele país, acentuada pela fantasia de Francis Fukuyama de que o fim da história - sob a égide do triunfo americano - levaria o mundo inteiro a agir segundo seus preceitos e valores. Mas o período de unanimidade vai terminar. Da mesma maneira que a economia americana é regida por ciclos mais amplos e brutais que nos países europeus, o espírito público americano passa também por fases de grande arrebatamento seguidas por ondas de pesada autocrítica, como no caso da guerra contra o Vietnam.

As diferentes visões sobre o terrorismo

Há sensíveis diferenças de diagnóstico entre as visões europeia e norte-americana sobre as causas do terrorismo e de como lidar com ele. Os europeus tendem a considerar o terrorismo como algo com o qual se tem que conviver, como parte da paisagem. Já os norte-americanos vêem-no como um tumor que precisa ser urgentemente extirpado mediante cirurgia, incluindo metástases e gânglios. No entanto, a Europa não tem boas alternativas práticas a oferecer. Secundária no plano militar, isolada das decisões estratégicas americanas sobre eventos que acontecem em sua própria região geopolítica, ela não pode nem concorrer nem influenciar, contentando-se em participar simbolicamente quando a causa parece justa ou ficando de lado quando não aprova. Para Oliver Roy², o governo Bush identifica no terrorismo um novo espectro internacional multiforme - hoje islâmico, amanhã de outra origem - cada vez mais equipado e voltado a uma opção apocalíptica de espalhar destruição maciça pelo mundo fora. E pretende, para contê-lo, uma política de intervenção radical e sistemática. Já parte significativa dos europeus, que

¹ GILBERTO DUPAS é coordenador geral do Grupo de Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo - Gacint/USP, presidente do Instituto de Estudos Económicos e Internacionais e professor da FDC junto ao *European Institute of Business Administration - Insead* (França) e à *Northwestern University - Kellogg* (EUA). Foi coordenador da Área de Assuntos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados da USP - IEA e membro do seu Conselho Deliberativo; Secretário de Estado de Agricultura e Abastecimento e membro de vários conselhos de entidades públicas e privadas. É autor de vários livros, entre os quais, "Economia Global e Exclusão Social" (Paz e Terra), "Ética e Poder na Sociedade da Informação" (Unesp), "Hegemonia, Estado e Governabilidade" (Senac).

² Olivier Roy, diretor de pesquisas do CNRS (França) e professor visitante da Universidade de Princeton, tem vários conceitos utilizados na 1ª parte deste ensaio (ver bibliografia).

convivem há décadas com o terrorismo, até aqui jamais o considerou um problema estratégico. A Grã-Bretanha, por exemplo, entrega as campanhas contra o IRA à polícia local. A opinião pública europeia atribui a raiz do terrorismo da Al-Qaeda à intensificação do conflito do Médio-Oriente e a uma nova geração de jovens árabes que aderiu às teses radicais do Islão como forma desesperada de fazer frente à política norte-americana de estrangulamento dos povos palestinos e iraquianos. Nesse caso, se os norte-americanos readquirissem sua condição hegemônica reguladora – que perderam em grande parte após suas reações ao 11 de Setembro – e agissem de maneira moderada junto aos conflitos Israel-Palestina e ao Iraque, o terrorismo se acalmaria.

Os EUA têm se recusado a fazer conexões causais, muito menos com o Oriente Médio. Mas, pode-se atacar o terrorismo sem entender suas causas? Parece necessário, como bem lembra Roy, distinguir entre um terrorismo inscrito num espaço político que permite negociação e um terrorismo de ruptura. Vários movimentos hoje aceitos no jogo diplomático e político começaram como terroristas: o IRA, o Irgoun de origem Likoud, o Hezbollah libanês e a OLP palestina, só para citar alguns. Poderia o Al-Qaeda evoluir para o mesmo caminho ou ele se sustenta num modelo metafísico radical eventualmente alimentado por uma contestação antiimperialista exacerbada, radicalizada pela globalização e pelo conflito do Oriente Médio?

O primeiro estágio da “guerra contra o terrorismo”, sob o impacto dos atentados aos EUA, encontrou relativo consenso entre os países do mundo. Já o segundo estágio, o do “eixo do mal”, provoca várias dificuldades, especialmente quanto às restrições de liberdades públicas e às ações e julgamentos unilaterais. São temidos também os resultados negativos das ações sobre o agravamento de crises regionais e conflitos importantes. O curioso é que o caminho mais provável para que os terroristas obtenham armas de destruição em massa pareça ser esquemas mafiosos dentro de países não considerados inimigos (Rússia), ou no próprio ocidente (antrax proveniente de laboratórios americanos) ou, ainda, com aliados. É bom recordar que a bomba atômica islâmica atual é paquistanesa, e não iraniana.

Quais seriam as relações entre violência, Islão e Corão? O próprio Samuel Huntington manteve cautela em confirmar com o 11 de setembro suas teses sobre *crash* das civilizações. Tanto EUA como Europa vivem uma forte presença muçulmana, seja devido à imigração recente seja a um jogo de alianças ou relações privilegiadas com países muçulmanos importantes como Egito e Arábia Saudita (EUA) e Maghreb (França). Como o petróleo tem peso nessa questão, diabolizar o Islão altera cenários econômicos estratégicos. Roy lembra que na Europa há uma conjugação entre Islão, colonialismo, imigração e espaços de exclusão social. Nos EUA a imigração muçulmana não corresponde aos espaços de exclusão, que são preenchidos pelos negros ou latino-americanos. Com exceção do movimento político Nação do Islão, os muçulmanos nos EUA são praticamente da classe média e 80% deles votaram em Bush. Quase metade dos árabes americanos é cristã, o que invalida a conexão imediata européia entre árabe e muçulmano. Os EUA não tiveram colônias, muito menos muçulmanas. Para a Europa, a fronteira colonial Norte-Sul é reproduzida internamente na oposição social entre imigrantes muçulmanos e o resto da população; e “fundamentalismo” sempre teve conotação de ameaça. Não é o caso dos EUA, onde o termo tem a ver com movimentos protestantes do século passado. Naquele país os sentimentos religiosos são parte integrante do espaço político; há uma expressão ostensiva de religiosidade, inclusive nas cerimônias públicas. Não se pode imaginar um presidente norte-americano ateu. A Europa, ao contrário, é secular e não praticante, mesmo em países como a Grã-Bretanha, onde não há separação entre Igreja e Estado. Para a Europa laica, religião tende a ser cultura, não fé. É por isso que o tema “diálogo entre as religiões” encontra um eco muito maior nos EUA, onde frequentemente os fundamentalistas protestantes põem em xeque a separação entre religião e vida pública (defesa da oração na escola, por exemplo), criando uma situação híbrida de convivência e hostilidade entre cristãos conservadores americanos e muçulmanos praticantes. Embora pertencendo a mundos aparentemente muito antagônicos há, de fato, pontos em comum entre ambos os fundamentalismos, como a divisão radical entre os que têm ou não têm fé e a atitude liberal diante das diferenças de comportamento sexual e o direito das mulheres; daí essa contínua tensão atração-repulsão. Vale lembrar a cortina cobrindo o seio nu da estátua “O Espírito da

Justiça" ao lado do parlatório, colocada logo após a posse do atual secretário da Justiça dos EUA; ou eventuais normas que condicionariam o atendimento dos filhos de mães solteiras. É sintomática a questão levantada por Bill Clinton, em seu primeiro pronunciamento de reparo às estratégias de Bush, tentando abrir uma brecha no fundamentalismo norte-americano por onde possam entrar novamente os ventos liberais: "Podemos ter um futuro comum, ou nossos futuros são obrigatoriamente separados? Podemos ser donos da verdade inteira, ou devemos nos unir aos outros na busca da verdade?"

Talvez em razão dessas semelhanças "fundamentalistas" os EUA não viam o islamismo como uma ameaça antes de 11 de setembro. O perigo era localizado nos regimes e movimentos. O Iraque leigo era uma ameaça tão grande quanto o Irã islâmico. Assim, vários movimentos fundamentalistas foram sustentados quando tinham objetivos regionais comuns com os EUA e seus aliados. Os serviços sudaneses e paquistaneses, que organizaram afegãos ou voluntários islâmicos enviados por países do Oriente Médio a combater os soviéticos no Afeganistão, participavam de um projeto aprovado pela CIA. A tomada do poder pelos talibãs foi considerada favorável aos EUA e havia ligação clara entre funcionários americanos e talibãs. O atentado de 1998 contra as embaixadas americanas na África, que promoveu Bin Laden como o grande inimigo dos EUA, mereceu uma "reação leve" norte-americana. Após o desmantelamento da Rússia, a administração americana acreditava que era inevitável que os regimes autoritários desaparecessem. Fazia-se necessário preparar a transição geral à democracia. Nessa visão o islamismo fazia parte da afirmação da sociedade civil e seria uma reação que, adequadamente tratada, desapareceria com a democratização.

A nova doutrina Bush: origens e contradições

O maniqueísmo do bem e do mal sempre foi poderoso entre os norte-americanos. Por sua longa tradição democrática, os políticos precisam justificar seus objetivos de política externa primeiro dentro do país. E a manipulação da questão do inimigo, do poder imoral e quase satânico que ameaçaria os valores e a segurança da América vem sendo uma prática tradicional, como se viu na guerra fria. O atual discurso tem raízes mais profundas, até porque - após o colapso do império soviético - é inverossímil acreditar que Afeganistão, Coreia do Norte, Iraque e Irã possam de fato ameaçar os EUA. É preciso lembrar que as escolhas estratégicas dos EUA pós 11 de setembro já estavam a caminho na campanha eleitoral para a sucessão de Clinton. Basta ler ensaios de Condoleezza Rice e Robert B. Zoellick, ainda em 2000, para verificar que aqueles conceitos estratégicos republicanos para uma nova política externa norte-americana estão todos presentes no recente artigo do secretário da defesa Donald H. Rumsfeld que justifica a atual guerra contra o terrorismo. É claro que os atentados provocaram a campanha contra o Afeganistão e modificações consequentes no equilíbrio da Ásia Central e do Sul. Porém, o intervencionismo e o isolacionismo já eram claras tendências nas duas décadas finais do século passado. Vários conceitos vêm do governo Clinton. O "eixo do mal" (Iraque, Irã e Coreia do Norte) são os mesmos "Estados bandidos" (*rogue States*) de Clinton. Com a questão terrorista tendo centrado seus actos, Bush pode mostrar-se de corpo inteiro. Em artigo ao *New York Times*, Bill Keller fez um balanço do que acham de Bush seus pares conservadores. Eles o julgam essencialmente um moralista, cujos ataques de Setembro trouxeram a tona o missionário "convertido do álcool e da vida desregrada, para Deus e para a vida doméstica" que acha todos capazes de fazer o mesmo. Keller classifica o moralismo de Bush ambicioso e messiânico, "convencido que o maior projecto dos EUA é combater o mal e implantar o que chama de 'valores universais' em todo o mundo". Norman Podhoretz, influente autor conservador, acredita que o objetivo estratégico do presidente é "mudar o regime de seis ou sete países e criar condições que levem à reforma interna e à modernização do mundo islâmico". Tratar-se-ia, obviamente, de um objectivo arriscado e prepotente, que nos remete a uma discussão sobre responsabilidades hegemónicas a ser feita mais tarde.

O que o 11 de Setembro permitiu de novo foi a precipitação de um rumo já traçado pela administração Bush, juntando republicanos e democratas para apoiar as escolhas estratégicas mais agressivas da administração republicana e acelerando a "guerra contra o terrorismo". Nessas novas acções ofensivas, Washington prefere ter o suporte de uma

coaligação; mas enfatiza que isso não é um pré-requisito para a operação. A "Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos" encaminhada ao Congresso por Bush deixa claro que seu governo pretende agir preventivamente contra actos de terrorismo e que "não vamos hesitar em agir sozinhos". É o que, de alguma forma, já havia ocorrido na Guerra do Golfo e no Afeganistão. Alguns falcões do Pentágono – mas, principalmente, Rumsfeld e Wolfowitz – são contra uma colaboração europeia, com o envolvimento da Otan, que introduziria considerações diplomáticas ou políticas em detrimento da eficácia operacional. No entanto uma parte dos militares acha que as restrições à eficácia das operações de campo vêm do próprio Pentágono e de sua imensa burocracia. Essa é, aliás, a opinião de Eliot A. Cohen. Ele analisa as dificuldades de promover mudanças quando está em jogo o conservadorismo militar. Mostra, também, que a designação de funcionários civis sem preparo e especialização deixa o Pentágono excessivamente nas mãos da estrutura militar, que defende suas respectivas Forças em detrimento de uma ação estratégica conjunta.

O ataque aos EUA deixou à mostra as contradições das alianças norte-americanas na região de influência islâmica. Paquistão, Egito e Arábia Saudita, que forneceram o grosso dos militantes da Al-Qaeda, continuam a ser considerados aliados dos EUA; o Irão, que aparentemente não forneceu nenhum, é acusado de principal suporte do terrorismo. A China, considerada como a ameaça do século XXI, deixou de sê-lo. Além do mais, a radicalização do terrorismo parece mais um fenómeno interior ao Ocidente e a seus aliados próximos (Arábia e Paquistão) do que uma exportação do "eixo do mal", como bem lembra Roy. A maior parte dos quadros da Al-Qaeda são re-islamizados ou vieram do Ocidente; encontram-se santuários terroristas em New Jersey e nas periferias londrinas e parisienses.

As reflexões sobre raízes profundas do terrorismo continuam bloqueadas entre os americanos. Mas a concomitância do 11 de Setembro com o agravamento brutal da segunda intifada faz a opinião pública acreditar numa ligação dos dois factos. Mas são sumariamente rejeitadas associações com a humilhação vivida pelos árabes, o conflito Israel-Palestina e a acção norte-americana contra o Iraque. Há duas ideias fixas: o suporte absoluto a Israel e a obsessão em derrubar Saddam Hussein acertando velhas contas, ainda que ao preço de levar a região ao caos e promover hostilidades entre aliados europeus. A relação entre terrorismo e pobreza é também rejeitada, já que ele tem vindo de classes médias ocidentais. Não se cogita da ideia da solidariedade ideológica com os pobres, das cicatrizes da colonização, da imigração e da marginalização, nem das realidades presentes no Oriente Médio. Como o radicalismo se alastrou entre muçulmanos que vivem no Ocidente, também é eliminada a hipótese de que o apoio a regimes autoritários (Argélia, Arábia Saudita e Tunísia) bloqueia o desenvolvimento de um Islão moderno e liberal. Sobra, então, a visão culturalista tipo "o problema é o Islão". Os americanos acham, de maneira simplista, que a solução pode ser alcançada em alguns anos com o uso da força e de ações políticas concretas. A tese principal seria a incompatibilidade do Islão com os valores da América. Daniel Pipes, por exemplo, faz ligação entre imigração e terrorismo, apoia as medidas anti-imigração europeias e introduz a questão do crescimento demográfico palestino e da comunidade muçulmana nos EUA. São teses assemelhadas à da extrema direita francesa e austríaca. Essas ideias mais radicais encontram resistência até na atual administração Bush.

A nova doutrina assume parte dessas ideias ao radicalizar o discurso contra os "inimigos", como consta da "Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos" enviada pelo governo ao Congresso. Assume o terrorismo como tão ilegítimo quanto a "escravidão, a pirataria e o genocídio" e dá-se ao direito de "agir sozinho" de maneira preventiva e antecipada em qualquer lugar do mundo, deixando claro que "nunca voltará a permitir que outro país desafie sua superioridade militar (...) ameaçada agora menos pelos países mais fortes do que pelos mais fracos". Por outro lado, fala em "apoiar os governos moderados, especialmente no mundo muçulmano, para assegurar que as condições e ideologias que promovem o terrorismo não encontrem terreno fértil em nenhuma nação." O que permite espaço não para atacar indiscriminadamente o Islão, mas para apoiar o "bom" Islão contra o "mau". O problema central está contido no maniqueísmo ultra-redutor e implícito à definição de "bem" e de "mal", associado a atitudes belicosas unilaterais. A respeito da nova doutrina, em editorial de setembro de 2002, o *The New York Times* adverte que "quando essas estratégias belicosas se convertem no tema dominante da conduta americana, a nação corre

o risco de afastar de si os amigos e solapar justamente os interesses que Bush procura proteger. Líderes fortes e confiantes não precisam ser arrogantes. Na verdade, a arrogância subverte a liderança eficiente.(...) Bush precisa tomar cuidado para não converter os EUA em uma fortaleza que inspire a inimizade, em vez de inspirar a inveja ao mundo”.

Usando uma retórica alternativa, eventualmente mais sutil, Richard Hass, Diretor de Planejamento do Depto. de Estado, propõe “integrar países e organizações de forma a promover um mundo em harmonia com os interesses e valores americanos”. O pressuposto é que esses “valores americanos” coincidam com os dos outros países na medida em que sejam universais, impondo-se sem necessidade de negociação. Essa idéia é também defendida por Paul Wolfowitz, secretário-adjunto da Defesa: “Para ganhar a guerra contra o terrorismo e ajudar a construir um mundo pacífico devemos falar às centenas de milhões de pessoas tolerantes e moderadas do mundo muçulmano, já que eles vivem e aspiram usufruir os benefícios da liberdade, da democracia e da livre iniciativa. Esses valores são descritos como ocidentais mas, de fato, são uma aspiração comum da humanidade.” A proposta de Wolfowitz é desenvolver um Islão moderado e liberal, compatível com as aspirações dos que vivem no ocidente. São idéias que se oporiam ao *crash* de civilizações, no pressuposto que haveria uma só civilização, sendo o resto barbárie. Wolfowitz diz que é preciso por de pé o Islão moderado, isolando o radical, e mover uma guerra ideológica – como foi feita contra o comunismo – envolvendo intelectuais, artistas, sindicatos e pensadores antiautoritários. Isso inclui reerguer a USIS (agência de informações oficial enterrada com o fim da URSS). Trata-se de uma nova guerra de propaganda e de uma engenharia social que promoveria os valores da administração americana: democracia, direitos dos homens, livre comércio, livre iniciativa. O pressuposto, mais uma vez, é que o monopólio da verdade faz esses valores universais. A dúvida de Clinton, pois, parece essencial e abre alternativas: “Podemos ser donos da verdade inteira, ou devemos nos unir a outros na busca pela verdade?” Remetemos de novo ao conceito de diversidade e tolerância como condição mesma da hegemonia, em oposição à coerção, o que trataremos mais tarde.

A constituição de um Islão moderado, *made in West* – como lembra Roy – tem como premissa que vários dos quadros radicais mais importantes são formados no ocidente, não nos *mollahs*; que eles vêm dos moldes ocidentais, não das *madrasas*. E que a radicalização não brota necessariamente de um ensinamento religioso, mas é consequência das complexas frustrações que afetam tanto intelectuais laicos como nacionalistas. Os radicais são também um produto das decepções, marginalizações e diluições de identidades fruto da globalização e da ocidentalização do mundo. Eles buscam uma forma desesperada de romper com o consumismo desenfreado, a sociedade performática e o sentimento de exclusão. Esses radicais adoram suas teses de corpo e alma; e captam ampla simpatia e solidariedade, especialmente quando se mostram dispostos a pagar o preço do martírio.

Apesar de aparentemente bem articulada em torno da “nova doutrina de segurança”, a atual política dos EUA – examinada de maneira mais rigorosa – parece uma colcha de retalhos de decisões anteriores a 11 de setembro, envolvendo considerações ideológicas, interesses contraditórios e voluntarismo moralizante. Ocultando-se sob um discurso de valores, ela se apresenta revestida de uma coerência que não se sustenta. Esse discurso tenta mascarar e conciliar componentes contraditórios. Com isso, induz os outros países e forças políticas a ratificar certos princípios difíceis de rejeitar de imediato e tenta criar espaço para a força bélica norte-americana – logística e financeiramente auto-suficiente – operar livremente em qualquer parte do mundo em intervenções pontuais. O rescaldo da ocupação, política e operacionalmente muito complexo, é deixado – sempre que possível – a cargo dos europeus ou de organizações internacionais. É o caso do Kosovo, do Afeganistão e da Palestina.

A nova moral hegemônica define os campos com muita clareza. De um lado, “o direito e a democracia”; de outro, “as forças do mal”. O que significa a volta a uma retórica maniqueísta que redivide o mundo entre “bons” (aqueles que estão com os EUA) e os “maus” (aqueles que estão contra ou hesitam). Na realidade, para além do aparente monolitismo desses conceitos, essas categorias transitórias são fortemente impregnadas de *Realpolitik* em função dos “interesses superiores da nação”. Essa situação tem criado espaços e margem de manobra para os atores regionais acomodarem seus objetivos. Um bom e triste exemplo é a atual situação do Oriente Médio. Em todo o período subsequente à

criação do Estado de Israel e ao início do conflito entre palestinos e israelenses, os EUA mantiveram grande influência sobre a região na condição de grande operador da vitória aliada na Segunda Guerra e fiel depositário do novo equilíbrio ocidental em torno das instituições de Bretton Woods. Embora mais identificados com os interesses de Israel - e acusados disso muitas vezes pelos grupos palestinos - ainda assim sucessivos governos norte-americanos tinham se empenhado para evitar uma situação muito crítica na região, inclusive na época da guerra fria. Mais recentemente, Bill Clinton esteve preste a arrancar um acordo que poderia ter posto fim ao conflito. Ehud Barak havia quebrado um tabu ao oferecer a divisão de Jerusalém, mas Yasser Arafat - pressionado no seu *front* interno e com pouco espaço de manobra - acabou não viabilizando um entendimento. No entanto, a nova atitude internacional norte-americana após os atentados de setembro foi profundamente danosa para a situação no Oriente Médio. A radicalização do discurso de Bush sobre a questão terrorista deu pretexto a um brutal endurecimento do regime de Israel, perdendo os EUA legitimidade para funcionar - senão como árbitro - pelo menos como capaz de conter os impulsos agressivos de parte a parte, especialmente de Israel. Sharon considerou-se, então, livre para tentar liquidar - à sua maneira - a autoridade palestina.

Na realidade, vários atores regionais imediatamente procuraram adaptar seus interesses a essas novas circunstâncias da lógica do poder mundial. Alemães e japoneses apressaram-se em se livrar das últimas restrições dos acordos de pós-guerra que limitavam investimento militar. A Inglaterra movimentou-se rapidamente para ocupar o espaço de grande aliado dos EUA na Europa, deixando claro a franceses e alemães que não aceita um papel secundário nas discussões centrais da nova Europa. E a Rússia, enquanto flerta com o "eixo do mal" fazendo acordos comerciais com o Iraque e a Coreia do Norte, negociava "apoio" norte-americano para suas estratégias agressivas na Tchetchênia e na Geórgia.

Na verdade, o sentimento de brutal fragilidade despertado pelos atentados revelou um EUA violentamente defensivo e sem projeto sistêmico ou de governança global, papel inalienável da sua condição hegemônica. Inimigos ocultos podem atacar violentamente pelo correio ou com um bomba escondida dentro de um brinquedo, gerando medo e isolacionismo. Mas Roy lembra uma outra importante faceta dessa questão. A nova doutrina é também uma resposta à globalização. Fazendo desaparecer o espaço de ação dos Estados nacionais, a globalização destrói o conceito de espaço estratégico. Há muito pouco a negociar em termos de territórios, de esferas de influência ou de interesses vitais com a perda de autonomias nacionais. Como se pode negociar - ou dissuadir - os novos terroristas se eles não representam Estados e não têm nada a perder e nem senhores a quem dar satisfação?

Os complexos caminhos da hegemonia norte-americana³

Nações hegemônicas sempre defenderam teses que interessam mais a si próprias que ao sistema de nações sobre o qual exercem seu controle. Mas é condição do exercício da hegemonia que os países que são parte do sistema achem que essas teses também lhes interessam de alguma forma. Caso contrário, a hegemonia teria que ser substituída por coerção. É esse o perigo que os EUA e o mundo correm no momento em que teses unilaterais parecem dominar as ações da grande potência mundial. Assim, recoloca-se a questão do papel hegemônico.

Analisando os ciclos hegemônicos, Fernand Braudel constatava que, sempre que os lucros do comércio e da produção se acumulavam além dos canais possíveis de investimento, era um "sinal do outono". As expansões financeiras daí decorrentes provocavam duas tendências complementares: hiperacumulação e competição intensa por capital. Expansões do comércio e da produção muito rápidas e lucrativas geravam forte concorrência e, por sua vez, tenderam a acumular lucros superiores à capacidade de investir. A consequência era o crescente acúmulo de rendimentos e a criação de uma grande liquidez. As taxas de retorno em queda na atividade comercial e de produção geravam restrições orçamentárias que

³ Este item e os seguintes utilizaram vários conceitos que o autor desenvolveu em seu livro "Hegemonia, Estado e Governabilidade".

aumentavam a competição pelo capital e poderiam elevar as taxas de juros. Nesses processos, fortes redistribuições de renda aconteciam a favor dos detentores da liquidez, sustentando uma atividade financeira divorciada da produção.

As expansões financeiras inflavam temporariamente o poder do Estado hegemônico em declínio, já que ele mantinha o acesso privilegiado da liquidez que se acumulava nos mercados financeiros mundiais. Essas expansões de liquidez, no entanto, acabavam transferindo o capital para novos sistemas emergentes com maiores perspectivas de segurança e lucro que os dominantes até então. Na transição, a crescente desorganização sistêmica diminuía o poder de ação da potência hegemônica em crise e aumentava a demanda por governabilidade mundial a quem pudesse oferecê-la. Se surgissem novas estruturas governamentais e empresariais com maior competência organizacional, estariam abertas as condições para uma nova hegemonia. Esses padrões de repetição - hegemonia levando à expansão, expansão ao caos e caos à nova hegemonia - verificaram-se nas transições hegemônicas do passado. Isso nos garante que esse modelo funcionará para as futuras transformações? Há evidências de que a atual acumulação financeira, descolada do capital produtivo, é um "sinal do outono" do ciclo hegemônico norte-americano?

Os holandeses haviam construído a sua liderança como mercadores e não como soldados. No entanto, três guerras sucessivas contra os ingleses entre 1652 e 1674 os obrigaram a aceitar o monopólio britânico na navegação e ceder o controle do tráfico de escravos na África Ocidental. Isso fez os portos ingleses superarem Amsterdã; e suas indústrias cresceram rapidamente com a ajuda do mercado triangular no Atlântico (escravos, matérias-primas e manufaturas). Derrotada a ameaça francesa nos mares e depois em terra - na desastrosa campanha russa de 1812 - o espaço estava livre para a imposição da *Pax Britannica* com o Tratado de Viena (1815), que conduziu a Europa a uma paz de cem anos (1815-1914). A concepção inglesa de equilíbrio do poder foi construída devolvendo parte das Índias Orientais e Ocidentais à Holanda e França, colocando-se como protetora do comércio marítimo, liberalizando unilateralmente o seu comércio, barateando o custo de produtos essenciais e criando meios de pagamento para a compra de produtos industrializados ingleses. Com isso, um número crescente de países pôde se encaixar numa benéfica divisão internacional de trabalho que preservava a centralidade comercial inglesa.

A derrota de Napoleão já havia alterado radicalmente as relações de força na América do Norte, permitindo aos colonos abrirem mão da proteção inglesa e preparar sua independência. Nas guerras do final do século XIX, por sua vez, técnicas de produção em massa foram aceleradas, a partir da Guerra da Criméia, com uso do sistema de fabricação americano de usinagem automática, exibido na Grande Exposição de Londres em 1851. O navio a vapor mudou a lógica militar. E o mundo ficou repleto de nações industrializadas.

Já no século XX, quando a Primeira Guerra começou, o custo das vitórias que contiveram a Alemanha precipitaram o declínio inglês em favor dos EUA. Assim que liquidaram sua dívida com a receita das armas, a liquidez americana se converteu em empréstimos domésticos e internacionais em grande escala. A Segunda Guerra fez despertar o poder mundial centrado nos EUA, liquidados temporariamente Alemanha e Japão e enfraquecidas a Inglaterra e a França. Concebida por Roosevelt, a ordem mundial norte-americana de pós-guerra estava imbuída da mesma ideologia de segurança que havia impregnado o seu *New Deal* interno. A ONU e o FMI tornaram-se o núcleo de um governo mundial dominado pelos EUA. Truman conseguiu utilizar-se plenamente do pretexto da Guerra Fria para concretizar uma visão "livre-mundista" voltada contra o perigo soviético. A partir de 1970, com a humilhante derrota no Vietnã e sintomas de crise no sistema monetário centrado em Bretton-Woods, a hegemonia americana apresentou alguns sinais de perda de dinamismo. Mas a surpreendente derrocada soviética deu-lhe novo ímpeto.

Cada reorganização do sistema de poder mundial havia acarretado mudanças nas relações entre o capital e o Estado. A concessão de monopólio esteve na base da enorme acumulação tanto nas companhias de comércio e navegação holandesas do século XVII como nos fabricantes ingleses do século XIX. Já a grande empresa verticalizada vinda da tradição fordista do início do século XX sofreu uma revolução a partir dos anos 1980, com a tecnologia da informação permitindo o fracionamento das cadeias produtivas globais e a

flexibilização da produção a partir das parcerias e terceirizações utilizando os novos conceitos de redes. A empresa transnacional norte-americana, tal como sua ancestral mercantil, tem desempenhado papel fundamental na ampliação e manutenção do poder dos EUA. As recentes análises sobre a natureza do enorme déficit comercial norte-americano deixam claro que ele é provocado pela imensa dispersão da atividade produtiva das empresas sediadas no país - que exportam mais a partir de suas filiais externas que de sua sede continental - e não, obviamente, por problemas de competitividade. A vitalidade das corporações globais é intensa. Mas a enorme concentração e transnacionalização dessas empresas e do sistema financeiro geraram um sistema global pouco sujeito à autoridade estatal e com poder sobre as nações mais poderosas do mundo, diminuição dos empregos, piora do perfil de renda e déficits externos estruturais crescentes nos grandes países da periferia. Os graves problemas dos cidadãos, que provocam demandas locais, vão se distanciando cada vez mais da possibilidade de ação dos mecanismos estatais, ocasionando crescente perda de capacidade reguladora desses Estados nacionais.

Assimetrias e governabilidade

A situação atual do poderio global dos EUA, após a *débâcle* soviética, cristaliza um brutal desequilíbrio de forças. Uma maneira razoável de analisar essa questão continua sendo comparar os países por seu Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, pelo total de riqueza gerada em cada um deles. Afinal o PIB, além de uma expressão do poder econômico, costuma medir também - de forma mais ou menos perfeita - dominância nos fluxos de comércio mundial, capacidade de desenvolvimento tecnológico e poder militar. Com a derrocada do império soviético - a Rússia detém um PIB de apenas US\$ 330 bilhões e, a duras penas, gasta 10% dele com despesas militares. Já os EUA têm um PIB de US\$ 11 trilhões (mais de 30 vezes maior) e pode dar-se ao luxo de gastar anualmente apenas 3% dele para ter um orçamento militar igual a todo o PIB russo. E habilita-se à condição de único país que, atualmente, pode conduzir com autonomia uma guerra em qualquer parte do mundo. Os EUA sozinhos têm 32% do PIB mundial. Se juntarmos a ele os demais países grandes países centrais - Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália - temos os 6 maiores dos 205 países do mundo concentrando sozinhos 64% da riqueza e poder mundiais e com uma renda média *per capita* (medida pelo conceito de Purchase Power Parity do Banco Mundial) de US\$ 26 mil anuais. Os países que classifico a seguir também são ricos (os de PPP superior a 19.000 anuais), mas menores. Entre essas 11 nações estão Canadá, Espanha, Austrália, Holanda e Áustria. Elas perfazem 10% do PIB mundial usufruído por apenas 3% da população do planeta. Em seguida temos o conjunto que eu chamo de "grandes países da periferia". Cada um deles tem mais de US\$ 120 bilhões de PIB e sua população é superior a 25 milhões de habitantes. São eles China, Brasil, México, Coreia do Sul, Índia, Argentina, Rússia, Turquia, Polônia, Indonésia, África do Sul e Tailândia. Respondem por outros 14% da riqueza mundial, com 53% da população total. A renda *per capita* média ponderada pela população desse conjunto é de US\$ 4.487 anuais. Resta a enorme maioria de 176 países que, com algumas exceções como Chile e Venezuela, é a ampla periferia do poder mundial e detém, todos juntos, apenas 10% da riqueza mundial com 33% de sua população.

É claro que essa imensa concentração de poder não significa - nem garante - necessariamente um exercício permanente de dominação. Antês de tudo, entende-se aqui por hegemonia - a partir de conceitos de Antonio Gramsci e Giovanni Arrighi - a liderança associada à capacidade de um Estado de se apresentar como portador de um interesse geral e ser assim percebido pelos outros. Portanto, a nação hegemônica é aquela que conduz o sistema de nações a uma direção desejada por ela mas, ao fazê-lo, consegue ser percebida como buscando o interesse geral. Para tanto, as soluções oferecidas pela nação hegemônica devem criar contínuas condições de governabilidade mundial, respondendo à demanda das outras nações pressionadas por suas próprias tensões. Se isso nunca ocorrer, hegemonia transforma-se em tirania e só poderia ser mantida com grande coerção. Felizmente, o mundo global parece ser hoje muito complicado e cheio de contradições para se dar a esse luxo macabro de manter uma situação imperial e tirânica por muito tempo. Joseph Nye nos

sugere uma metáfora muito interessante para o entendimento da nova dinâmica hegemônica mundial: o jogo de xadrez do poder global em três níveis. Ele fala de um jogo de xadrez tridimensional. No tabuleiro de cima está o poderio militar, ocupado quase que inteiramente pelos EUA, única potência mundial que pode fazer a guerra onde quiser e com seus próprios recursos. O tabuleiro do meio é do poderio econômico, com EUA, Europa e Japão ocupando 2/3 do PIB mundial e China correndo velozmente em busca do seu lugar. Finalmente, o tabuleiro inferior é o reino das múltiplas relações internacionais. Lá estão organizações da sociedade civil, grandes e médias empresas, traficantes, pacifistas, terroristas, parte da mídia independente, intelectuais e outras forças complexas, dinâmicas e razoavelmente autônomas. É nesse tabuleiro que a tecnologia da informação opera como disseminadora de instrumentos de poder, tornando as distâncias menores e os riscos maiores. A idéia aqui é que, participando desse jogo tridimensional, a potência hegemônica pode perdê-lo se não olhar o segundo e o terceiro tabuleiros com muita atenção. É no terceiro tabuleiro - que não é do poder militar nem do econômico convencionais - onde podem ocorrer lances decisivos para abalar a arrogância imperial. A tecnologia da informação, desenvolvida nos dois primeiros tabuleiros, mas socializada pela própria lógica da globalização, garante a esses atores instrumentos poderosos que podem voltar brutalmente contra seus criadores. Haja vista a tragédia do WTC.

A anatomia do capitalismo e suas crises

Os conflitos entre capital e trabalho têm aumentado em todo o mundo. Em Bretton-Woods aceitou-se que os governos usassem políticas monetárias como instrumento de redução do desemprego. Truman acreditava que o conflito capital-trabalho poderia ser domesticado pela aplicação vigorosa dos novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

No passado, como lembram Bervely J. Silver e Eric Slater, as transições hegemônicas haviam convivido com crescentes conflitos sociais. Eles moldavam, em meio aos colapsos, os pactos sociais que sustentariam a nova hegemonia. Atualmente os EUA controlam o poder militar; o Japão e os chineses de além-mar detêm a liquidez; e a República Popular da China possui a mão-de-obra barata. Esse é um arranjo estrutural sem precedentes que equilibra as estruturas de poder e torna mais complexa a investigação do eventual declínio hegemônico norte-americano. Várias perguntas continuam sem respostas. Pode o Japão, grande financiador do déficit americano, superar sua crise e sair de sua posição de gigante econômico e anão político?irá a União Européia vencer suas complexas divergências e estabilizar-se como pólo de poder? E, finalmente, quais as chances da China vir a se transformar em médio prazo em potência de nível mundial? O crescente "ruído das ruas" e a dura transparência do novo estilo Bush são fatores adicionais a investigar nesse quadro complexo.

Mas uma questão de fundo se sobrepõe a essa análise. Há sinais de crise sistêmica e estrutural no capitalismo global? Sabemos que estudar o capitalismo é investigar a morfologia dos seus ciclos e crises. Sua história é uma alternância entre otimismo e desalento, crescimento e recessão, a depender da qualidade das regras e instituições presentes em cada uma dessas etapas. A proposta do pós-guerra, influenciada por idéias keynesianas, era constituir uma nova ordem internacional propiciando amplo raio de manobra para políticas nacionais de desenvolvimento. Seguiu-se a era dourada das décadas 1950 e 1960. Em 1971, no entanto, Nixon suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro. Uma de suas conseqüências foi a forte redução do poder de compra dos países exportadores de petróleo, em função da erosão do dólar. A alta de preços provocada pelo cartel do petróleo em 1973, e agravada em 1979, provocou ondas depressivas na economia mundial, especialmente nos importadores de petróleo que tiveram que arcar com um forte endividamento para manter equilibradas suas reservas. A abundância dos chamados petrodólares facilitou a reciclagem financeira desses países mediante crédito fácil. Mas a adoção da taxa de juros flutuantes, junto com o crescimento das dívidas, introduzia um fator importante de instabilidade no cenário.

O declínio do "consenso keynesiano" resultou na elevação das taxas de juros americanas em outubro de 1979. A partir daí, cresceu o patamar inflacionário geral, criou-se o euromercado pelo excesso de dólares e finalmente substituiu-se o regime de taxas fixas de câmbio pelo câmbio flutuante. A primeira grave crise internacional dos anos 1980, iniciada com o colapso da dívida externa latino-americana, tem a ver, pois, com o novo nível de estoque dessa dívida, agravada, principalmente, pela decisão dos EUA de aumentar fortemente os juros. No período 1981-1990, por conta de profundos ajustes recessivos, o crescimento da renda *per capita* da América Latina foi negativo. No final da década, reconhecendo a incapacidade de pagamento de vários países, os EUA lideraram no G-7 os planos Baker e Brady e operaram descontos no valor nominal e nos juros dos empréstimos contraídos durante a década.

Os anos 80 inauguraram a era dos mercados financeiros livres. A afirmação da supremacia dos mercados gerou uma onda de crises que varreu as duas décadas seguintes e permanece até hoje. Ela iniciou com o *crash* da Bolsa de Valores em 1987, continuou com a quebra dos mercados imobiliários em 1989, o colapso da Bolsa de Tóquio em 1990, os ataques especulativos às moedas fracas européias em 1992 e 1993 e a crise dos bônus americanos em 1994. Nesse mesmo ano, a grande volatilidade dos fluxos internacionais acabou tendo um duro teste na crise cambial mexicana no final de 1994, provocando efeitos regionais perversos na Argentina e no Brasil. Mais para o final da década, veio a crise asiática, provocada por uma reversão do fluxo internacional de recursos aos países da região, abundantemente irrigados por financiamentos e investimentos em função de seus desempenhos econômicos considerados até então diferenciados. Seguiram-se desvalorizações intensas na Tailândia, Malásia e Coreia, com repercussões em toda a área. Em seguida veio a crise russa, que se superpôs à segunda fase da crise asiática, e foi coroada com a moratória 1998. Finalmente, a década terminou com a crise brasileira e o fim do regime de câmbio fixo, diante do risco de abalo de nossas reservas. Em 2001 estourou o colapso argentino, após anos de estrito cumprimento das recomendações das instituições internacionais, obrigando o país a abandonar a paridade, provocando uma desvalorização de 200% em sua moeda e o desmoronamento do seu sistema financeiro. Ao mesmo tempo a Turquia entrava em forte declínio, exigindo rápido suporte do FMI para controlar uma situação precária da qual não saiu até agora. Agora é o Brasil que passa a ser a grande fonte de preocupação mundial, não só pela fragilização dos seus fundamentos mas, principalmente, por efeito da turbulência das eleições presidenciais e suas incertezas.

Como se vê, o capitalismo não prospera sem crises. É a tal "destruição criativa" apontada por Schumpeter.

As grandes questões sem resposta

Hobsbawm acha que a doença ocupacional de uma superpotência é a megalomania; e que os EUA terão que aprender as limitações do poder, como os ingleses fizeram no século XIX. Mas a crise econômica que sucedeu ao estouro da "bolha tecnológica" na bolsa de valores norte-americana, com repercussões em todo o mundo, acrescenta um ingrediente novo e faz algumas questões de fundo se colocarem. Estaremos diante de sinais de declínio da hegemonia norte-americana, tal como ocorreu com a holandesa no século XVII, ou com a britânica ao final do século XIX? Por outro lado, será que o mesmo modelo de nação hegemônica, organizadora e reguladora do espaço mundial, continuará a prevalecer na era da informação? Estaria a despontar da atual turbulência global uma nova estrutura hegemônica? Ela seria da mesma natureza da que foi rompida?

Fernand Braudel dizia que não há capitalismo vigoroso sem um Estado forte que esteja a seu serviço. Atualmente, os imensos fluxos de capital privado e a lógica dos blocos regionais impõem restrições cada vez mais rigorosas às políticas econômicas. No entanto, teria sido muito diferente de hoje a relação básica entre Estados e grandes corporações nos ciclos hegemônicos anteriores? Mais do que em qualquer outro período da história econômica as tentativas de estabilizar o crescimento econômico estão severamente limitadas por uma total anomia e pela perda de capacidade regulatória das instituições internacionais. E a confiança na inovação tecnológica como motor da acumulação capitalista foi

temporariamente posta em dúvida pelo colapso do preço das ações das empresas de ponta tecnológica, que havia justificado expectativas absurdas de taxas de retorno de investimentos, criando um estado de exaltação inconseqüente quanto ao futuro do capitalismo. Será possível aos EUA - com a ajuda dos órgãos internacionais fortemente dependentes de sua influência (ONU, OMC, BIRD e FMI) - permanecerem como um poder regulatório da ordem mundial, incluindo nesse poder os fluxos financeiros globais que, em sua brutal autonomia, movimentam-se aos solavancos, provocando enormes danos e tumultos nos países mundo afora? E como explicar o aparente descolamento entre as prioridades econômica das grandes corporações – atores fundamentais no capitalismo global, que tendem a perder eficiência e mercados com o atual desarranjo político do sistema – e as ações belicistas do governo Bush que tumultuam o crescimento da economia e seu delicado “just-in-time” que supõe fluxos desobstruídos de capitais e mercadorias ?

Essas são algumas das grandes questões a serem investigadas quando se discute as condições cada vez mais complexas de governabilidade mundial neste novo século. O mundo global não pode prescindir das virtudes hegemônicas de sua maior potência, até porque tão cedo não haverá candidato à vista que possa substituí-la. A maior qualidade hegemônica é favorecer a governabilidade do sistema mundial, reconhecendo diferenças, mediando crises e confrontos e possibilitando gestos simbólicos em direção às nações e povos atingidos por excessiva exclusão e precariedade. Se os EUA não assumirem o papel condizente com seu próprio poder, o que inclui antes de tudo a tolerância com as diferenças, teremos grandes probabilidades de um século marcado pelas dores de um forte retrocesso. Não temos razões sólidas para supor que estaríamos no limiar de um abalo mais profundo que ferisse os fundamentos do sistema capitalista, os famosos “sinais do outono”. Mas parece ter crescido progressivamente o número de tensões que vão se acumulando em meio ao caminho.

BIBLIOGRAFIA

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto.

COHEN, Eliot A. "Um conto de dois secretários". *Revista de Política Externa*, vol. 11, nº 2. Paz e Terra. São Paulo: setembro-novembro de 2002.

DUPAS, Gilberto. "Assimetrias econômicas, lógica das cadeias produtivas e políticas de bloco no continente americano". Seminário Sul-Americano preparatório para a Reunião dos Presidentes da América do Sul. Brasília: julho-agosto de 2000.

_____. "As tensões econômicas e sociais na UE". Seminário: As relações entre Brasil e Alemanha e os caminhos do Mercosul e da União Européia. São Paulo: IEA/USP, setembro de 2000.

_____. *Ética e poder na sociedade da informação*. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. "Globalização, exclusão social e governabilidade". I Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais. Recife: novembro de 1999.

FLORES, Mario Cesar. "Política de defesa republicana". *Revista de Política Externa*, vol. 11, nº 2. Paz e Terra. São Paulo: setembro-novembro de 2002.

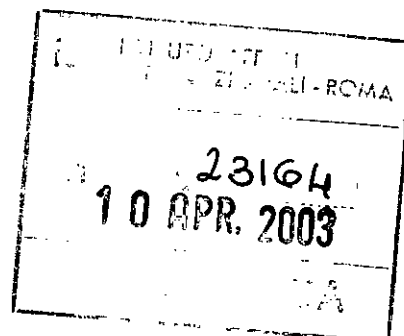
GUIMARÃES, Nadya Araujo & MARTIN, Scott (org.). *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: Senac, 2001.

RICE, Condoleezza. "Promovendo os interesses nacionais". *Revista de Política Externa*, vol. 10, nº 1. Paz e Terra. São Paulo: junho-agosto de 2001.

ROY, Olivier. *Les illusions du 11 septembr – le débat stratégique face au terrorisme*. Éditions du Seuil et La République des Idées. Setembro de 2002.

RUMSFELD, Donald H. "Transformando as forças armadas". *Revista de Política Externa*, vol. 11, nº 2. Paz e Terra. São Paulo: setembro-novembro de 2002.

ZOELLICK, Robert B. *Revista de Política Externa*, vol. 10, nº 1. Paz e Terra. São Paulo: junho-agosto de 2001.





O Futuro da Europa

The Future of Europe

Lisbon, 11 - 12 November 2002

— The fight against terrorism: Europe and beyond —

CURRENT ISSUES ON TERRORISM:

GLOBAL VS. NATIONAL TERRORISM, STATE VS. TERRORISM-VIOLENCE

Roberto Aliboni

Istituto Affari Internazionali, Rome

CURRENT ISSUES ON TERRORISM:

GLOBAL VS. NATIONAL TERRORISM, STATE VS. TERRORISM-VIOLENCE

Roberto Aliboni

Istituto Affari Internazionali, Rome

After something more than a year elapsed since the terrorist attacks of September 11, 2002, assessments of terrorism and ways and means to respond to it continue to be central in public debates. In this paper two questions are raised with respect to terrorism.

The first question relates to the difference that should be made - and is in contrast neglected - between transnational / global and national / regional terrorism. The need to recognize the difference as to calibrate responses to terrorism does divide the government of the United States from a good deal of American citizens and allied countries.

The second question concerns the difference that should be made and maintained between terrorism by non-state actors and illegitimate violence by states against civilians. This question is linked to that of the allegedly legitimate use of terrorism in the framework of people resistance to illegitimate state-violence. In sum, the question is well known as that of defining terrorism. Such concern of definition does divide Western governments and public opinions from Arab and Muslim ones; the latter being convinced that terrorism is a legitimate response to illegitimate state-violence. The question is not new nor it concerns the Muslim and Arab world only. In general, "one man's terrorist is another man's freedom fighter".

Global and regional terrorism

In their combat against terrorism after September 11, the Western countries are focusing their attention on global terrorism and the rogue states that support and/or use it. Much less emphasis is put on terrorism at national and regional level. More often than not, national and regional terrorism is considered as nothing more than a local manifestation of global terrorism, as in the case of Palestine and Chechnya.

This perception stems, first of all, from the fact that Al Qaeda has a transnational aim - the liberation of all Muslims from American and Western oppression - as well as a transnational organization. It stems also from the fact that Al Qaeda's war is primarily waged against the United States, the only country with inherently global interests and power. Al Qaeda's *Weltanschauung* believes in a *Dar al-Islam* vs. *Dar al-Harb* world. This bipolar vision of the world is matched by the American administration when it states that other players in the world are expected to be either with the United States or against it. In a sense, the world is back to a Cold War-like picture, where two antagonist powers have mutually exclusive agendas and global interests. Hence the perception of terrorism as a global trend only.

This is a reductive vision of the issue, however. When it comes to the Muslim and Arab world, distinctions and differences between national and global terrorism should not be overlooked. The blurring that seems to prevail in Western eyes is not correct. It obfuscates differences, which in contrast are relevant to provide terrorism an effective response. Let's try to understand why a difference between global and regional level has to be made.

Al Qaeda's discourse is a bid for hegemony over the Muslim and Arab world. It suggests that all Muslims and Arabs are united by the oppression the West allegedly exercises over them. Consequently, they are called to fight against such oppression under Al Qaeda's leadership.

Al Qaeda is positioning itself with respect to varying national and local situations as the Soviet Union used to with respect to anti-colonial and imperialist movement. It is trying - with not negligible chances of success - to exercise hegemony over different national and local conflicts by stressing what they have in common: the combat against United States and the West as their alleged common oppressors.

After September 11, it became clear that Al Qaeda's discourse is gaining remarkable broad consensus throughout Arab and Muslim public opinion. Will it manage to turn today's array of

different struggles in Arab and Muslim countries into an actual compact global movement? In other words, will the present array of Muslim- and Arab-based conflicts be turned into one strong anti-Western movement?

It is important to realize that Al Qaeda's is not the leader of an existing unitary movement of Muslim and Arab redemption and empowerment. Rather, it is seeking to create such movement under its leadership. For this reason, in responding to Al Qaeda's threat, national and other differences among Muslim and Arab players have to be underscored by the West. Al Qaeda's baseless claims of a global Muslim struggle has to be exposed by the West so as to prevent its bid for hegemony from materializing.

The West must be careful in keeping on due distinctions between Al Qaeda's and other's groups activities, even when it comes to terrorism. The present American administration's belief that terrorism is one only problem, whether it comes from Al Qaeda or Hamas is profoundly mistaken and plays in the hands of Al Qaeda. In fact, it gives Hamas' national terrorism a global character it lacks indeed. This plays in Al Qaeda's hands and strengthens its bid for hegemony.

Hence the importance of recognizing the individual characters and roots of national and local conflicts and makes the differences it needs be between transnational / global and national / regional. While transnational terrorism deserves a strong suppressive response, national terrorism besides suppression, badly needs political responses.

European policy towards national terrorism - both in Europe and beyond the Mediterranean - has always carefully taken into consideration the political background of terrorist activities. What is not legitimate is the way terrorists seek to achieve their goals, not necessarily the latter in themselves. The fight against terrorism has to be aimed at squarely suppressing terrorists. At the same time, if terrorism has to be undermined, it requires alternatives responses to the political goals they pursue. Alternative responses are particularly important when terrorism's goals receive mass political and/or social consensus. For these reasons, while the Europeans reject Palestinian or Chechen terrorism, they insist on the need for a political response to the national issues from which terrorism stems. After September 11, there is no doubt that on this point there are important disagreements in a transatlantic perspective.

In conclusion, while the global, transnational terrorism of Al Qaeda deserves a military response, the regional, nationally motivated terrorism in the Mediterranean, the Middle East, and other regions, in principle needs a political response in addition to suppression.

As a matter of fact, however, one has to point out that things are less clear-cut than that. In fact, one has not to overlook that the distinction is blurred by the *de facto* hegemony exercised by Al Qaeda's discourse, that is by the fact that Al Qaeda and national terrorism share the same large social consensus.

Let's try to discuss the point in more detail. To begin with, if a political response to regional terrorism is not provided or indefinitely postponed and a military response is provided instead on the assumption that there is no difference between global and regional terrorism - as the Israeli government is doing with US support and the Russian one with American acquiescence or sympathy - the result is a policy that is guided by Al Qaeda's hegemony. In fact, what Al Qaeda asserts is that there is only one Muslim cause. A single Western response to global and regional terrorism would seem to confirm Al Qaeda's claim.

This is why the West and Europe must retain a difference in their response, as difficult as this may be (in regions and, by the way, in the framework of immigrant communities). They should sharply repress terrorism. They should, however, uphold a more articulated response to national terrorism in the region.

On the other hand, if a political response were given to regional terrorism, without providing the hard and visible military response Al Qaeda's terrorism deserves in the region and elsewhere, this would be regarded as a sign of weakness or exposed as such by Al Qaeda's followers. And this would weaken the regional political response as well.

In sum, the West cannot give one kind of response only. It must be active on both fronts, each receiving the response that suits it. In other words, what is needed is a finely articulated joint response. However, it must not be overlooked that success at the regional level - a firm Israeli-Palestinian agreement; a Russian-Chechen understanding - would undermine Al Qaeda, publicly unveiling the instrumental character of its discourse. On the other hand, it would strengthen the moderate forces throughout the Great Middle Eastern region. It would mark the beginning of Al Qaeda's decline and point a way out of the current conflict.

In this sense, the restoration of an effective, concerted Western effort to bring compromise and peace to historical Palestine, along with improvements in the EMP and NATO Mediterranean Dialogue look like a strong and urgent priority in the combat against terrorism. The same is true for relations between Russia and Chechnya and other ongoing regional conflicts.

Terrorism, state-violence, resistance

The September 28, 2001 UNSC Resolution 1373, requiring UN member states to take measures against terrorism, has had an unexpected large response. Most countries have taken and reinforced measures against terrorism and reported to the Counter Terrorism Committee, established by the UNSC to check compliance with the resolution. At the same time, the UN General Assembly Committee in charge of finally adopting the comprehensive draft of the convention on terrorism submitted to it since the beginning of 2000 failed to do it once again. The difference is that, while Resolution 1373 does not allude to any definition of terrorism, the comprehensive convention tries precisely to define terrorism thus closing the gap left by the preceding twelve conventions on terrorism, which have referred to specific acts of terrorism omitting to define terrorism as such, however.

Defining terrorism is objectively a difficult task. A pioneering study conducted in the University of Leiden in 1988 listed 109 definitions of terrorism¹. From this analysis, it emerges clearly that the concept varies significantly and is shaped by political specific situations and singular requirements rather than objective conceptualization. Definitions are tailored to governments' specific concerns. For this reason, as underscored by the University of Leiden, different definitions include or not, emphasize or fail to, as essential defining elements as "violence", "political goals", "indiscrimination of targets", "victimization of civilians", whereas all these elements should contribute to define terrorism. In particular, it is interesting to note that only 17.5% of the definitions considered by the study, included "victimization of civilians".

Israel uses a particularly wanting definition, which omits references to the political character of the activities involved and civilians' victimization. The American definition is definitely more complete and acceptable ("premeditated, politically motivated violence perpetrated against non-combatant targets by sub national groups or clandestine agents, usually intended to influence an audience"), though for contingent political reasons it may happen to be applied mistakenly, as in the case of the Lebanese Hizballah².

The factor that prevents an international agreement on terrorism in the UN Committee and elsewhere is, however, the inclusion in the definition of terrorism of the illegitimate violence committed by a state, usually by its armed and other coercive forces. A number of ongoing conflicts in which Muslim or Arab parties are involved, as mostly the conflicts between the Palestinians and Israel, Chechens and Russia, have introduced in the debate a strong request by Muslims and Arabs alike to include state-violence in the definition of terrorism. On this point, international cooperation has come to a standstill.

The Western countries, in general, do not want to yield to such an enlarged definition of terrorism. For sure, violence wherever it comes from must be starkly suppressed. Illegitimate state-violence has to be suppressed as well as violence coming from non-state players, in the

¹ Alex P. Schmid, Albert J. Jongman, *Political Terrorism*, Amsterdam, North Holland Publishing Company, 1988.

² The Hizballah can hardly be considered as a terrorist organization. For a recent well-balanced consideration of this group, see Sami G. Hajjar, *Hizballah: Terrorism, National Liberation or Menace*, Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, Washington D.C., August 2002.

framework of human rights protection and the rule of law, however. Non-state actors' violence is an offense to domestic and international criminal law, whereas state-violence is an offense to domestic and international laws dealing with human rights. Thus, as underscored by Loretta Bondi: "Human rights advocates have cautioned that the comprehensive treaty [on terrorism] should contain an article guaranteeing the conformity of the draft convention to human rights and international humanitarian law"³.

It must be noted that, while the Western position is predicated on a logical interpretation of the issue, the reality is that whereas state-violence can easily suppress terrorism, it cannot be easily suppressed instead. Consequently, the refusal or hesitations by Western states to include state-violence in the notion of terrorism and include it more aptly in the notion of human rights abuse should be accompanied by stronger guarantees on the ability of international law to suppress state-violence. (Something that would not easily be accepted by a large number of Muslim and Arab states, however).

The very structure of international relations, as based as it is on state sovereignty, prevents to consider terrorist activities from an objective point of view only, i. e. independently of the subject, which carries such activities out. In the event, subjects act in two different spheres and jurisdictions, so that the same substantive offense (terrorism) must be considered differently according to the nature of the subject involved: a criminal offense when stems from non-state actors and an abuse of human rights when stemming from states. Meanwhile, the collective capability to suppress states' abuses of human rights should be convincingly enhanced.

In sum, the right way to look at the question would be a separate consideration of terrorism and state-violence and the strengthening of international capabilities to enforce collectively human rights against the state that use violence illegitimately or disproportionately. As this is more a hoped for future of the international community than a reality, the hard-to-solve question of defining terrorism remains the most likely way the international community will continue to debate, perhaps inconclusively. A solution may not be in sight.

To conclude, another aspect must be taken into consideration. It must be noted that from the point of view of the constitutional right of any citizen to express freely political opinions, a definition of terrorism is needed anyway and an international agreement is desirable. In this sense, the American definition of terrorism, when it alludes to "politically motivated violence" may be inadequate. A comprehensive treaty on terrorism including a collectively accepted definition of terrorism would definitely avoid reciprocal grievances from the Western and Arab governments for respectively hosting terrorists and jailing opponents. It would also allow fewer disputes about extradition. For this reason, while an agreement based on definition is hard to come up in the case of state-violence vs. resistance, it should be very helpful in the case of free vs. violent opposition.

In sum, stakeholders are facing difficult dilemmas; still they are obliged to continue to work on it. The European Union is in the course of discussing a common definition of terrorism. This definition tries clearly to take Arab concerns into consideration. Thus, in the draft of the EU Council terrorist offenses would include:

(i) seriously intimidating a population, or (ii) unduly compelling a Government or international organization to perform or abstain from performing any act, or (iii) seriously destabilizing or destroying the fundamental political, constitutional, economic or social structures of a country or an international organization: (a) attacks upon a person's life which may cause death; (b) attacks upon the physical integrity of a person; (c) kidnapping or hostage taking; (d) ..., (e) causing extensive destruction to a Government or public facility, a transport system, an infrastructure facility, including an information in system, a fixed platform located on the

³ Loretta Bondi, *Legitimacy and Legality: Key issues in the Fight Against Terrorism*, The Fund for Peace, Washington D.C., September 2002, p. 27.

continental shelf, a public place or private property likely to endanger human life or result in major economic loss; (f) seizure of aircraft ..." etc.⁴

The draft resolution of the EU Council includes also, however, a clause saying that a distinction should be made in case the offenses contemplated by the definition are committed by regular armed forces. It stresses, however, the fact that such distinction makes sense only if such armed forces' actions are "governed by humanitarian law". In other words, the EU Council draft makes the distinction that has been just advocated in this paper between state-violence and terrorism, by underscoring however that state forces must strictly act within the limits of humanitarian and international law.

It would be desirable that the EU, as soon as such text is approved, submits it to the Euro-Med Partnership. An agreement in the Partnership could have a strong impact on the international debate.

⁴ Council of the European Union, *Proposal for a Council Framework Decision on Combating Terrorism*, 14845/1/01/REV 1, December 7, 2001.

iai	ISTITUTO AFFARI INTERNAZIONALI - ROMA
n° I. V. 23164	
9 APR. 2003	
BIBLIOTECA	



O Futuro da Europa

The Future of Europe

Lisbon, 11 - 12 November 2002

— Euro-American relations and the international security agenda —

Germany – does the leading partner become a free rider

Anne-Marie Le Gloannec

Centre Marc Bloch, Berlin

GERMANY – DOES THE LEADING PARTNER BECOME A FREE RIDER

Anne-Marie Le Gloannec

Centre Marc Bloch, Berlin

In 1988, George Bush had offered the Federal Republic of Germany, which was still Western Germany at the time, a partnership in leadership. A decade later, George W. Bush rails against the reunited Germany. The father wanted to establish a privileged relationship with the country he deemed the mightiest on the European continent. The son sees in Germany a pillar of anti-americanism. In both cases, they miss – or missed – the point. Neither is Germany a mighty country on the European continent, now even less so than more than a decade ago. Nor is anti-americanism stronger than it formerly was.

Anti-americanism has always been present in Germany. Without going back to such famous romantic poets as Heine or Rilke or conservative writers such as Thomas Mann or to the outrageous anti-americanism of the Nazi era where America was equated with degeneration, anti-americanism had firm roots in post-war Germany. Certainly it was not running as deep as anti-communism was, yet it was to be found in particular in that left-wing, neutralist, third-way current which equated capitalism with communism to reject them both, a current by the way which was also present in other countries such as France or Italy. Yet it had a tenacious aspect in Germany, as the tendency to equate both blocks echoed the idea of a German culture and a German way between East and West, as Thomas Mann expressed it in his *Considerations of an Apolitical*¹. In the so-called Cold War years, anti-americanism found an expression in anti-rearmament, anti-weapon-deployment and anti-war movements, from the huge demonstrations against the Bundeswehr in the early 1950's, the stationing of tactical nuclear weapons in the mid-1950's or the deployment of middle ranged nuclear weapons in the 1980', or again against the Gulf War, the war in Kosovo or now a possible war against Iraq.

However anti-americanism and pacifism or anti-war positions are certainly not synonymous, even if anti-americanism did find harbour in pacifist movements and anti-war positions – and were in part manipulated by pro-Soviet factions . *A contrario*, anti-americanism is more widespread in a country like France where pacifism has hardly taken roots since the end of the Second World War. On the other hand, German public opinion has been exceedingly more pro-american or even philo-american than a number of other public opinions, such as in France in particular, the roots of which are to be found in the 'liberation' of the country by the United States as well as in the overwhelming American cultural presence in that country after the war. Both anti-americanism and philo-americanism however never invaded the top political, or cultural, echelons, as opposed to France : they did not sway political rhetoric and action. A Bundeskanzler such as Helmut Schmidt was a democrat, well *versed* in things Anglo-Saxon – as a Hamburger open to this culture and tradition, yet critical of American policies vis-à-vis the Soviet Union or Brazil or again of American economic policies.

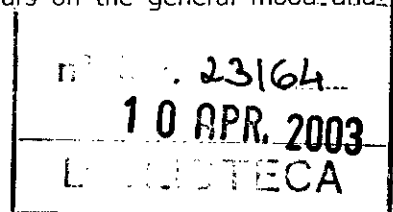
What is rather striking in the recent developments is the *use* of anti-americanism by top politicians during the campaign, from Gerhard Schroeder to Herta Däubler-Gmelin, certainly most deliberate from the part of Gerhard Schroeder – even though the Chancellor was fairly mild in his choice of words. This necessarily raises the question of whither Germany. Where is the current government heading towards ? And where is it starting from ? George Bush father offered western Germany a partnership in leadership. Yet it is worthwhile wondering whether the country could become a leader. In the years up to reunification, it certainly was not, constrained as it was by the partition of the country and by the necessity to import its security from the United States. In the years after reunification, it got rid of those constraints and allowed itself to participate in so-called out of area interventions, from the judgement of the Constitutional Court of Justice in 1994 to the strikes against Serbia in 1999. 1999 was an annus mirabilis as far as German diplomatic and military action was concerned. It took part for the first time ever in a war-like operation against a foreign country, negotiated the end of hostilities, mediating between Serbia, Russia and Finland, and devised the so-called Stability Plan for the Balkans. Yet was this a manifestation of a growing leadership or a one-time shot from the part of a debilitated country ?

¹ And, by the way when Chancellor Schroeder spoke of a German way (deutscher Weg) during the electoral campaign, he echoed this idea of a German particular way between East and West (deutscher Sonderweg) ...

So far, the jury is probably still out. On the one hand, Germany has gained in *political credit* over the past years, drawing on its ability to sustain long-term relations with a number of countries, particularly through its political foundations, and on an ability to deliver, i.e. to show it can be a trustful partner (see e. g. the Fischer Plans for the Balkans and for the settlement of the Palestinian question). On the other hand, it is suffering from economic weaknesses which the current coalition does not seem ready to remedy and this inability to provide solutions to the economic problems which are plaguing Germany are worrisome in two respects. First, the country does not have the money to fulfill German or European plans, in the military area for instance. The defense budget is at a low 1,7 % of total expenditures, investments are delayed, the army is overstretched and were a German government to have wanted to participate in a war against Iraq, it could not have done so. Second, it underlines a more general problem which pertains to the paralysis of the German government : whereas this Chancellor has not refrained from calling Germany a big power (eine grosse Macht, a concept different from eine Grossmacht, a 19th century concept which one might translate anachronistically by the term superpower) – and he was the first Chancellor to do so –, he does not seem ready or even willing to give his country the means to mobilize and project power. And one might add that, generally speaking, the current coalition does not seem to be holding a steady course. Examples of hesitations, contradictions and lack of steadfastness abound, from the Stability Pact which once launched did not absorb much attention from the part of the Ministry of Foreign Affairs, to European policy where advocacies in favor of federalism contrast with a lot of Commission-bashing, and to the squandering of political credit this summer through populist appeals to pacifism and anti-americanism.

While announcing ahead of any action and even decision that his government would not participate in a war against Iraq – and whatever one may think about the war itself, its legitimacy and its possible efficiency or lack of them –, Chancellor Schroeder inflicted a threefold damage to international cooperation and national diplomacy. First, he damaged the credibility of the UN Security Council – though the latter's credibility is much more damaged by G. W. Bush's 'You'd better do this or else...'. Second, he damaged European cooperation in so far as he did not consult with partners ahead of declaring his position. Third, he severely limited the room of manoeuvre of German diplomacy. The margin of manoeuvre of German diplomacy has been vastly limited as the connection to Washington was severed and the German position was defined in advance without bearing on Baghdad's policy. And European cooperation was thus damaged as the Germans did not consult with their partners and defined their position in such a way as it did not lead to fruitful pressures. Thus Germany's famous culture of multilateralism has been put at risk without leading to obvious benefits – aside from attracting votes to the fledgling coalition. And instead of showing a capacity of leadership, Germany is playing alone.

The question is now twofold. First, is this the characteristic of the present coalition or a feature that will alter Germany's role in Europe and in the world for years to come ? And second, is there now room for European cooperation once the election held ? Both questions are difficult to answer. Certainly, Germany should not be singled out for the lack of cooperation. In the wake of September 11th, all major countries in Europe displayed an amazing lack of cooperation : each responded on its own though all responses were fairly similar. Prior to a war against Iraq, each is responding on its own and responses are quite dissimilar. Political cultures certainly are different : the way Britain or France conceive of their role and of Europe's role in the world – which is not the same way in both countries – is a world apart from Finland's, Sweden's or Germany's. And in this respect, the government's statement on a war against Iraq has led Germany to side with Finland – whatever one may think of Finnish policies which are by the way extremely pro-European and extremely dynamic – rather than with France or Great Britain. Yet even more important than differing or diverging political cultures are the necessity in which governments think they are to profile themselves in the best light – be it Germany's Chancellor or be it France's President. These two elements, political cultures and national framework (I would not necessarily speak here of legitimacy), play a much more important role in defining policies than national interests which are, on the whole, fairly similar. One should not either single out the German government for not spending more on armaments and armament cooperation: this is on the whole the case of all Europeans, with the limited exception of Great Britain and maybe of France the current government of which is raising defense expenditures. One might however deplore that the German government is not more dynamic, more decisive, more European in its foreign policy as its procrastination and lack of steadfastness bears on the general mood and outlook on the continent...





O Futuro da Europa

The Future of Europe

Lisbon, 11 - 12 November 2002

— The fight against terrorism: Europe and beyond —

The fight against terrorism: An assessment

Riad Malki

Panorama Center, Palestine

THE FIGHT AGAINST TERRORISM: AN ASSESSMENT

Riad Malki

Panorama Center, Palestine

The existing US lead war against terrorism has a birth date: September 11, 2001. The September 11 attack is considered by the US government as a landmark initiating the world fight against terrorism, initiating a new definition of terrorism, and in setting the pace for counter terrorist actions. Outside of this US determined parameters, any contradicting definitions or contexts is not accepted or even considered as part of the defined terrorist attacks or to be included within the US lead fight against terrorism. This selective approach is helping attain a particular definition regarding terrorism: **"Any attack against American or American western allies, taking place anywhere in the world, and targeting either civilians or military, and happening only after September 11, 2001 is defined as terrorism"**. Any attack that does not fall within these parameters, even if it is targeting innocent civilians, and resulting in destroying civilian objectives and infrastructures (like the Israeli mortal attacks against Palestinian unarmed civilians and their houses) is not categorized terrorism according to the previous definition. At the same token, any attack that satisfies one of the stated parameters, even if the situation is totally different (like the case of the Palestinian resistance), is categorized immediately as a terrorist act. It is an American definition, reflecting an American vision, with specific American parameters. Such definition excludes many other acts of terrorism initiated by countries or groups who might benefit from the American definition, and escape being labeled as terrorists or their acts as terrorist acts.

Can we as people and as civilians, regardless of our nationality, and who have suffered considerably from the constant acts of terrorism over the last decades, just let go other acts of terrorism inflicted on us, simply because such acts do not fall within the American definition of terrorism, or simply because we are not included as people or group of peoples in the category of such parameters?

The uni-polar system led by the USA who is governing the world today in the aftermath of the fall of the Soviet Union, has created within a short period of time a unilateral system that tries to take the maximum advantage of the military-political and economic reality of our globe to scarf certain logic and set of principles that will govern the world for the time to come until the re-balancing of the world order, bring back the situation to the *status anti*. The declared war against terrorism is a clear reflection of such imposed American unilateral concept. While the majority of the world did sympathize with the American tragedy of September 11, still most of them have their own domestic tragedies; some of these tragedies are ongoing with no prospects for an end. In certain cases American sympathy or simple solidarity was never offered.

In this realm of events and constant mobility, one needs to reflect on the constant developments and put him/herself on a simple test, which could consist of the following questions:

Why do the world in general, and the categorized third world countries in particular (who form the population majority) hate the USA? Do they hate the people or the politics? And what are the reasons for such a hate relationship? It could become clear, if there is a minimum interest among the US administration, to the real reasons behind such an anti-American collective world attitude. What is clear enough for us all is that the US administration is not interested in finding out the real reasons, and to work them out. If it does that, it loses the real reasons behind its push for a swift action against US identified objects and targets.

The momentum being created in the aftermath of the September attacks has given the American administration a historic opportunity to settle down unclosed accounts with certain countries, and to achieve long term strategic objectives. This explains the US unilateral

global attitude, the imposition of US hegemony (the case of the new UNSC resolution on Iraq), the re-shuffling of all power equations, been regional or global, drawing new regional political maps, and forcing countries to take sides against their own interest.

While no existing country for the time being has any intention to replace the hegemony of the USA as the only super power in governing the globe, for lack of the appropriate mechanism and the necessary power to do so, thus reducing the existing threat to null, still the US administration negates the constant requests to move itself from globally unpopular position of attracting new enemies and loosing close friends, to a more of an accommodating position of a real world leader.

How it is possible to transform the fight against terrorism from reflecting American unilateralism into a global fight? What makes it attainable at the collective world level? There is a need for an American inclusive world policy instead of an exclusive police as is the case today. There is a need to conduct a world conference about the threat of world terrorism, to define a collectively agreed definition of what terrorism is, to enlist world support and participation in the fight against terrorism. But it requires that the US administration takes up certain corrective measures in its own global policy, thus reducing the reasons for the anti-American world feeling and attitude. It is important that in the fight against terrorism, the USA becomes the leader of the world by their choice rather than by its choice.

The September 11 attack has proved the fact that one single country can't defeat terrorism alone. It needs the support and cooperation of a network of countries to face the threat and to fight it. The threat of terrorism does not emanate from one single group or country; it enjoys the services of networking, available technology and logistical support in different hubs and transit stations. To win over terrorism, requires using the same methods and tactics. To overcome it, requires superior intelligence and better coordination. While it is already known that world terrorism is benefiting from its own different clandestine networks, its logistical stations and available technology, still the fight against terrorism lacks having the same ingredients, with clear hesitation in taking any part in such imposed fight among the majority of the countries. While there is a constant methodology and defined objectives in terrorist approach, there is a mixture of objectives, not clearly defined by the US administration. These objectives are occasionally added, reduced or modified according to exclusive US criteria without any intended consultation with potential partners. The road to war against terrorism is determined by the USA, without any proper explanation needed to the connectivity between the real war against terrorism and some of the US exclusively identified targets. The case of Iraq is a clear example where the US administration has failed to draw any link between the Iraqi regime and the al Qaeda, or between the regime in Bagdad and the attacks of September 11. Still the US government decided to make a detour in its effort in fighting terrorism, by focusing on a possibly attainable objective of replacing the regime in Bagdad by an American appointed regime, and thus completing another uncompleted work, which was started by President Bush the father. But what has happened to the real war against terrorism, to the Al Qaeda network around the globe, to its leader and his close associates, to the war in Afghanistan, to the attacks in Yemen and in Bali? And why the American administration is taking a time out to pursue another objective, despite its effort to still call it as its war against terrorism?

What the Axis of Evil has to do with the war against terrorism? What categorizes these countries to belong to the American described axis? Are there other candidate states to become included in the exclusive club?, and what criteria to use?. Since the axis of evil is an exclusive concept of President Bush, then he is the one to explain why such countries were included in such category? It is clear that these countries have something in common, that have belonged in previous time period to the group of extreme nationalist, religious or extreme socialist or any possible combination, always rebellious to the American lead policies or doctrine. Following this logic, one easily can predict the list of **candidate** countries to join the exclusive club: countries like Iran, Libya, Cuba, Ukraine, Pakistan, Serbian republic within Bosnia & Herzegovina, Syria, Somalia.

The problem with the language used or expressions repeatedly quoted by the American president in his strive to win the support of his fellowmen is the fact that they are directly

linked and identified with the bible, reflecting the increasing religious influence on the president, and showing how such influence is dictating his strategy in fighting the war on terrorism. "Axis of EVIL" (as if world government today is determined through the division between the good and the evil); "If not with us, is against us" (another simplistic Christian influence); "The Crusade War" (seeing the fight between humane Christianity and the backward Islam, in reference to the Crusade war to liberate the Holy Land from Islam). To determine US domestic policies through the influence of conservative Christian preaching is something, but to determine the world classification into separating countries and groups based on conservative religious influence is something else. It is an alarming sign, endangering the minimum global stability, and turning the world order into world Christian conservative order, encouraging the anti-Christian dominance of world order to rebel, encouraging the anti-religious conservatism also to rebel, and possibly encouraging the pro-secularism, social justice and progressive policies to ally themselves in new world polar to counter rest the powers enjoyed by the USA today for all the reasons mentioned earlier.

After the collapse of the Soviet Union and the disappearance of communism as the main enemy threatening Western democracy, analysts and politicians were referring to the need to identify a new enemy to maintain the military-political logic of the existing interest-oriented US regimes. Hollywood anticipated such urgent need when it started introducing and selling the new enemy to western democracy, first tried to sell the image of some marginal nationalistic groups in the former Soviet Empire in the form of terrorists or arms dealers, and later moved to connect them to certain totalitarian Arab regimes, which were looking to destabilize the West. Later Hollywood decided to move the Arab-Muslim character to the forefront, with the combination of religious Zealous and terrorist mentality, intended to threaten the smooth and tranquil stability of western democracies. A programmatic campaign introducing the potential threat of Islam was underway by many influential politicians and think tanks in the USA and to a less degree in Europe, paving the way for a serious adoption of such illustration by some US congressmen who belong to the politically far right or Christian conservatism or who are manipulated by the few influential lobbying groups like AIPAC, and who in turn try to influence their respective government. During the first years of Hollywood attack on Islam, few voices came out criticizing what Hollywood was trying to portray of Islam, but strangely enough with full Administration silence. Such silence was interpreted either as an encouragement to keep the pressure, or simply reflected the real balance of power in the American political system.

The attack of September 11 offered an opportunity for these voices to confirm their previous concern, and for the government to adopt it as the new enemy of western democracy and the US. All previous hesitations by the US administration to take Islam as the new enemy was automatically eliminated after the September 11 attack, elevating political Islam as a strategic potential threat. The immediate statement of the US President after the September 11 attack to call the war against terrorism as a Crusade war was a clear spontaneous reflection of such connection in the mind of the Administration and the president in particular.

Refusing to accept a world agreed definition of terrorism, and giving him the right to define the scope of his war against terrorism to include all countries, shows the existence of a predetermined decision to go against those countries, under the title of the already imposed war against terrorism.

Today, a year after the September 11 attack, it is worth to look back and to see what has changed since then on the fight against terrorism:

Definition: No agreement. The US Administration maintains its own definition based on September 11 attacks, while world community in general calls for an international conference to agree on a global definition on terrorism.

Global Coalition: The US has failed to master a strong global coalition to fight terrorism. With the exception of the UK and Israel, the rest of the world has its own reservation about the approach, the mechanism, the definition, and the targets.

Anti-terrorism policies and laws: Most of the international and regional bodies have adopted stiff policies and laws fighting terrorism, with a world consensus regarding the need to protect the globe from the threat of terrorism.

Cooperation: Did not and won't reach the expected level by the American administration. Many countries are still hesitant to cooperate fully fearing the reaction of their people to the US military presence and control in domestic affairs, fearing the reaction of their political parties and opposition groups, and fearing the long term effect on internal political and social stability.

Anti-American sentiments: The public in many countries of the world do perceive the USA as evil, and always connect their domestic problems to American hegemony and Israeli conspiracy. Such sentiment will flourish further as a result of the American insensitive world policy, which disregards interests and concerns of the majority of countries in the world, and which tries to impose its own political will on peoples and governments.

American unilateralism: The US administration disregards the existing world order, threatening to destabilize it, as it is clear with the case of Iraq, by threatening to go alone if there is no new American initiated UNSC resolution giving the USA the right to use force against Iraq. The American administration, even supported with the most sophisticated available weapon and the high technology, can not fight terrorism alone, much less to defeat it. It requires the support of the world to achieve the ultimate goal, and needs to convince them first that such fight is theirs too as much as it is the US. With the way how the US administration maintains the pace of events in its war against terrorism, it is difficult to envision a successful US lead world coalition.

American Double Standard: While 16 resolutions were passed on Iraq, 126 were passed on Israel; still no force was used to compel Israel to accept the implementation of these resolutions. Israeli initiated state terrorism against the Palestinian civilians, the continuation of occupation and the building of settlements are a clear violation of international and humanitarian laws, still the USA uses veto power to prevent the UNSC from reaching an agreement on new resolutions condemning Israel for its continuous occupation and atrocities committed against the Palestinian civilians and their basic infrastructure. Israel suppose to possess nuclear, chemical and biological weapons qualified as arms of mass destruction, still it is free from opening its nuclear plants for international monitoring and observation, and still enjoys the full US protection, not even to be named as a country with potential possession of such weapons.

Gains achieved in fighting terrorism: The world is dangerous as always was, and the US lead actions did not reduce the threat of terrorism globally. To the contrary, we have started to see new targeted areas with new methods, increasing the fear among the world population of the danger of terrorism but also the danger emanates from the lack of coordinated US war on terrorism.

Strength or weakness of terrorist groups: The US war on terrorism, which was initiated with the US lead war in Afghanistan did not defeat Al Qaeda group or stopped its operations, but it reduced its operational capacity and networks for the time being. Such a condition has given the Al Qaeda and other groups the time to re-organize better themselves, and to take the necessary precautions to avoid being caught and to plan better their next targeted operations.

No one can underestimate the outcome of September 11 attacks on the American public and the Administration, who were taken by surprise if not by shock when always were thinking that terrorism is happening far away, belonging to other set of countries and civilizations. No one should also underestimate the effect of terrorism everywhere, or to underestimate the need to fight it. No one can be selective about human suffering and terrorist actions. Counting casualties of terrorism never was stopped, since people new how to count. Recognizing others pain, suffering, and offering a hand to alleviate it, and looking into the roots of terrorist actions and learning the reasons behind them could help in leading the fight against terrorism.

